

SESSÕES DO PLENÁRIO

12ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de setembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar todas as matérias que se encontram na ordem do dia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Há sobre a mesa um requerimento. (Lê):- *“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 21.449/2015, Projeto de Lei nº 21.435/2015, Projeto de Lei nº 21.158/2015, Projeto de Lei nº 21.075/2015, Projeto de Lei nº 21.107/2015 e o Projeto de Lei nº 21.118/2015.

Sala das sessões, 30.09.2015.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há Pequeno Expediente. Não há

Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PP/PSL/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa.) Não há orador.

Com a palavra o Líder do PSDB/PRB/PSC...

Convido os deputados da Oposição que estão reunidos a meu pedido lá fora...

(Um deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu aguardo.

Horário do PSB/PRB/PSC.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, nós estamos reunidos ali e gostaríamos que o senhor suspendesse por 5 minutos a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, até 10 minutos.

Suspendo a sessão, por até 10 minutos, a pedido do deputado Adolfo Viana e com a concordância do deputado Zé Neto.

(Suspensão da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro reabertos os trabalhos.

Vou suspender por mais 1 minuto.

(Suspensão da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, ontem, mais uma vez, o Brasil deu uma grande demonstração na crise econômica. Ontem, o Dólar voltou a ocupar, deputado Marquinho Viana, a casa dos 4,00 reais, o que significa diretamente mais demissões, mais fechamento de empresas, mas, acima de tudo, um endividamento total do povo brasileiro. E o que nós sentimos do governo PT, da Sr^a Presidente, é que ela continua a querer administrar o País e a crise fazendo a moeda de troca com atitudes puramente políticas.

Tenho escutado e conversado com diversos segmentos empresariais, com pessoas, deputado Herzem Gusmão, que geram emprego, que geram renda neste País, com pessoas que trazem o progresso para o Brasil. Estão todos desesperados, porque estão vendo que a política errada do PT na condução da economia deste País ao longo da gestão do ex-presidente e da atual presidente leva o Brasil a uma das piores crises já vista em nossa República.

Desafio aqui, nesta Casa, quem não tenha um amigo, quem não tenha um conhecido, quem não tenha um parente que, hoje, atravesse dificuldades financeiras. E aí, a presidente, no estilo PT, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, faço um apelo aos meus queridos deputados, o deputado Sandro Régis está falando. Srs. Deputados, silêncio, por favor! Deputados Luciano Ribeiro, Pedro Tavares, vamos ouvir o Líder da Oposição. Deputado Robinho, vamos ouvir o deputado Sandro Régis, por favor.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para o povo brasileiro que produz, hoje, o Brasil se torna um país, deputado Herzem Gusmão, 100% inseguro para aquelas pessoas que sempre fizeram a diferença em nosso país. O dólar na casa de 4 reais, o desemprego assustador e com isso vem a criminalidade, com isso vem, deputado Herzem Gusmão, o desespero de um pai de família não ter nem o que comer.

Assistindo, hoje, ao Jornal do Brasil, o próximo orçamento do governo federal não tem 1 real para as farmácias populares, não tem 1 real para financiar os remédios para a população pobre. Quer dizer, sempre usaram o dinheiro de uma forma eleitoreira, na campanha é casa para todo mundo, é remédio para todo mundo, na campanha se aumenta bolsa-família, tratam os programas sociais meramente como política. Agora, quando chega o caos na economia começam a cortar tudo sem o mínimo de discernimento e o país se afunda numa crise profunda e sem precedentes.

Ontem, as bolsas foram todas para o negativo e não vemos, deputado Herzem Gusmão, nenhuma ação responsável desse governo que venha a estancar ou mesmo sinalizar a recuperação da economia do povo brasileiro.

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado Sandro Régis...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos ouvir o deputado Herzem Gusmão. Vou pedir aos Srs. Deputados que ouçamos o deputado Herzem Gusmão. O povo de Conquista conhece muito bem esse nome, deputado.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado Sandro Régis, estou aqui acompanhando atentamente o seu grande pronunciamento. A Nação brasileira reclama, o governo brasileiro perdeu a direção, o rumo, a bússola.

Gostaria nesse momento de registrar, Líder Sandro Régis, em sintonia com a liderança maior do PMDB da Bahia, o ex-Ministro Geddel e o deputado Lúcio Vieira Lima que o PMDB da Bahia, o PMDB de Vitória da Conquista se colocam contrários a utilizar a máquina como moeda de troca no momento de dificuldade que vive a Nação brasileira. É inaceitável o PMDB com a história que tem ainda tente salvar o governo que não tem mais jeito.

Portanto, faço esse registro parabenizando-o por esse pronunciamento nesta manhã.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo, deputado Herzem Gusmão, seu aparte. E parabenizo também o PMDB da Bahia na liderança do presidente Geddel Vieira Lima, de todos os deputados, o deputado Luciano Filho, o deputado Pedro Tavares, o deputado Leur Lomanto Júnior, que sentem e incorporam o espírito do brasileiro e que vêm que esse momento não é o da troca, o do escambo, mas sim o de escutar as ruas. O povo do Brasil rejeita este projeto que aí está.

Os brasileiros não aguentam mais a forma PT de administrar. Hoje estamos

pagando caro. Se você abrir, deputado Nelson Leal, qualquer manchete em nível internacional de qualquer veículo econômico, o País está sendo taxado, humilhado devido às ações inconsequentes e irracionais do governo petista à frente do nosso destino.

Tenho certeza de que grande parte do povo brasileiro não comunga com o que está acontecendo e irá cobrar dos políticos que sinalizam as trocas pessoais para darem continuidade a este projeto nocivo ao Brasil e à nossa sociedade. É difícil, deputado Herzem Gusmão! Você vê empresários sérios, que pagam os seus impostos e têm as suas responsabilidades sociais, fechando as portas e desempregando pela má condução do governo federal.

Nós políticos temos um mandato outorgado pela população e, portanto, também a obrigação de prestar contas à nossa sociedade. Então não podemos comungar com este governo nem dar as costas aos que estão desempregados, àqueles que estão vendo seus patrimônios se diluírem, o que foi construído com muito suor e esforço. Esta Casa igualmente tem uma grande responsabilidade, não é só lá em Brasília.

Os 63 deputados desta Assembleia também estão sendo fiscalizados. Eu desafio o deputado governista que sobe aqui para discursar e defender o governo. E o defende em um *shopping center*, numa mesa de bar e perante os amigos. Aposto o meu mandato. Qual o parlamentar bom do governo que tem coragem de defender o PT diante da sociedade? Aposto o meu mandato. Eu aposto! Quem é o deputado, qual é o parlamentar do governo que faz isso? Exceto, é claro, os deputados do PT, porque fazem parte disso, construíram tudo isso aí e têm de defendê-lo. Mas quero ver os parlamentares da base de apoio, quero ver a minha amiga Fabíola Mansur chamar a classe médica e dizer “A presidente botou o ministro da Saúde pra fora, por telefone, para fazer barganha política.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Quero ver a deputada defender a PT na classe médica! O Partido dos Trabalhadores institucionalizou a administração da bagunça, da falta de prioridade! Você não pode trocar Ministérios por cargos! Nem pode instituir, presidente, num momento em que o País está no buraco, a troca pela troca!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir, Sr. Presidente.

Aqui quem fala não é um deputado! Aqui é o desabafo de um brasileiro que está vendo o seu País indo embora não só pela má administração, mas sobretudo pela continuidade da irresponsabilidade do governo PT!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, como vários deputados já me procuraram, tanto da base do governo como da Oposição, com relação à matéria que o governador Rui Costa falou na Imprensa e às emendas impositivas, quero informar a V.Ex^{as} que liguei para S.Ex^a hoje pela manhã, às 07h30min., e conversamos sobre a questão. Ele me informou - a palavra do governador merece

crédito - apenas que não teria o prazo, porque está com dificuldades financeiras. E lhe informei que o prazo dele é até 31 de dezembro, porque é vigente ao ano. O governador aí me garantiu e disse para informar aos Srs. Parlamentares que até o fim do ano cumprirá as emendas impositivas, o que não podia ser diferente.

Então, é esta a informação que passo para os senhores.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, este é um assunto de extrema importância. Quero provocar a Mesa Diretora, através de V.Ex^a, justamente porque no último ano do governo Jaques Wagner a emenda impositiva, que já havia sido aprovada, não foi cumprida. Vamos acreditar na palavra do atual governador este ano. Mas, caso voltem a ser descumpridas as emendas impositivas neste 2015, que medidas esta Assembleia adotará para que a lei seja cumprida?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Deputado, não posso adotar as providências necessárias, porque o governador está dentro do prazo. Pela primeira vez, a Oposição cobrou oficialmente da Casa que cobrássemos de S.Ex^a o cumprimento da lei. Nós cobramos. Podem ter certeza de que o governador cumprirá, até 31 de dezembro. Tenho convicção! Se ele não cumprir, deputado, pode ter certeza de que o presidente se posicionará politicamente com relação ao cumprimento da lei.

Os Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, quero sugerir-lhe que se posicione política e juridicamente para defender a lei. Esta é a Casa das Leis e precisa ser preservada.

No último ano do governo Wagner não foram cumpridas as emendas impositivas, e não nos posicionamos. Acho que é um dever desta Casa Legislativa posicionar-se para que o cumprimento da lei seja efetivo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Deputado, falo politicamente, porque tenho que acreditar na palavra do governador. Não pode ser diferente. Até o momento, ele jamais descumpriu com esta Casa todos os acordos políticos que fez.

Então hoje, às 07h30min., liguei para S.Ex^a, que retornou a ligação, e lhe disse que a matéria do jornal nos deixava numa situação muito difícil, porque é uma lei. Diga-se de passagem que fui contrário a essa lei impositiva. Por princípio, sou contrário. Mas, tendo em vista que ela foi aprovada por esta Casa - salvo engano, por unanimidade -, tenho o dever de cobrar do governador que adote as providências legais, políticas e jurídicas que o caso requer. Pode ter certeza de que o governador Rui Costa cumprirá.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falarei por seis minutos. E o deputado Zó, por 5.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel durante seis minutos. E posteriormente o deputado Zó, pelo tempo de 5.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos que ocupam as Galerias Paulo Jackson, companheiros da Imprensa, subo a esta tribuna

hoje muito triste para lamentar a morte de um militante histórico da Esquerda, companheiro que combateu a ditadura militar fazendo parte do Movimento Democrático Brasileiro e foi fundador do Partido dos Trabalhadores. Trata-se dum amigo que conheci ainda no jardim de infância e trilhou o caminho da luta pela democracia, da luta de Esquerda.

Ele combateu o bom combate, mas teve a sua vida abreviada de forma bastante precoce, aos 54 anos. Refiro-me ao companheiro Robson Soares, que viveu comigo uma trajetória praticamente igual. Fizemos o jardim de infância, primário, ginásio e a Escola Técnica juntos. Depois seguimos caminhos diferentes para, em seguida, nos reencontrarmos na CHESF. Entramos lá juntos e militamos no movimento sindical. Também tivemos uma outra oportunidade, eu como coordenador do Luz para Todos na Bahia, e ele como um dos mais atuantes e brilhantes agentes desse Programa.

Eu diria que a Esquerda, principalmente aqui na Bahia, está de luto. Sobretudo no sertão. Robson tinha uma atuação regional de dupla face. Por morar em Sobradinho, exercia uma atuação política no lado do Estado de Pernambuco, onde sempre militou com o deputado Fernando Ferro. E também no lado da Bahia, ao meu lado. Mas inicialmente ao lado do deputado Alcides Modesto, vivendo este processo de construção que culminou com a chegada à Presidência da República do companheiro Lula e do companheiro Wagner ao governo do Estado.

Robson era uma das pessoas mais empolgadas com o nosso projeto. Além de militante político, era um verdadeiro artista. Foi amigo de Luiz Gonzaga, Maciel Melo e fazia um programa de rádio na *Rádio Rural*, de Petrolina. Era também um cordelista, um humorista, um cantor que partiu nos deixando muita saudade. Foi sepultado na cidade de Paulo Afonso num clima, eu diria, de muita tristeza e muita saudade. Contou com várias homenagens de companheiros militantes. E também, principalmente, de alguns artistas que com ele participaram de eventos como shows e serenatas. Enfim, de diversas atividades.

Então, eu não poderia deixar de registrar hoje a morte de um companheiro tão especial, que vai deixar saudade nos meios político e artístico. E deixará em mim, especialmente, muita saudade do ponto de vista pessoal. Mas haveremos de continuar esta luta. E continuá-la num momento muito difícil, em que o Brasil atravessa uma grande crise econômica e política e o nosso partido também passa por grandes dificuldades.

Quero deixar bastante claro, chamando a memória do companheiro Robson, que nós não haveremos de sucumbir! Nós haveremos de lutar, porque o nosso compromisso é histórico! É um compromisso para que façamos do Brasil um País verdadeiramente democrático em termos políticos, sociais e econômicos!

Vai com Deus, Robson, que nós continuaremos o seu trabalho!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do PMDB para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falará o deputado Zó, pelo restante do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zó pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Gostaria de saudar todos os deputados.

Venho à tribuna para trazer um assunto muito importante também para o Sr. Presidente, que é da cidade de Campo Formoso, sobre a criação da Câmara Norte.

Gostaria de saudar as pessoas que trazem esse documento: o presidente da OAB, Dr. Artur Filho; Dr^a Edna; Dr. Carlos Luciano; Dr. Michel e Dr. Marcus Santana, que representa a OAB daquela região.

Gostaria de ler uma parte de um documento que trata da criação das Câmaras Especiais do Norte e Extremo Sul baianos. Essa discussão é importante porque engloba em torno de 73 municípios, fora Jacobina, pois discutiremos a sua incorporação com o deputado Manassés.

(Lê):- *“O implemento da descentralização, prevista em preceito constitucional, na Lei 10.845/2007, demonstrará a preocupação e a vontade desse tribunal em promover com mais celeridade a prestação jurisdicional, colocando a segunda instância próxima da população residente nas comarcas longínquas da capital.”*

O objetivo da criação da Câmara Norte, meu querido presidente, é justamente fazer com que a Justiça chegue mais perto de quem precisa. É muito ruim, tanto para advogados quanto para as pessoas que precisam, ter que se deslocar, às vezes, para municípios a 800km para tratar de questões relativas à Justiça.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÓ:- Gostaria de dar um aparte ao deputado Adolfo Viana, depois à deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Zó, quero parabenizá-lo pelo belo pronunciamento que faz em defesa do Norte e do Extremo Sul do Estado da Bahia. Quero saudar os representantes e a comissão da OAB que nos visitam e pedem o apoio desta Casa Legislativa, para que possamos dar a nossa parcela de contribuição, deputado Rosemberg Pinto, no sentido de sensibilizar o Tribunal de Justiça da Bahia, que já favoreceu o Oeste do nosso Estado com a criação da Câmara do Oeste. O Norte da Bahia, que também fica muito distante do Tribunal de Justiça, precisa bastante dessa Câmara do Norte.

Serei breve pois tenho pouco tempo, mas gostaria de contar com o apoio de todos os parlamentares no sentido de sermos parceiros do Norte do Estado da Bahia, na intenção de criarmos a Câmara do Norte e do Extremo Sul.

Muito obrigado, Zó. Parabéns pela iniciativa.

Já estive com o presidente do Tribunal, juntamente com o presidente da Assembleia e o Líder do governo, trabalhando para que essa Câmara seja uma realidade o mais breve possível.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Quero parabenizá-lo pela iniciativa, saudando a comissão da OAB de Juazeiro e do Norte, em nome de Carlos Luciano.

A Câmara Especial do Norte baiano nada mais é do que uma medida progressista de interiorizar e descentralizar a Justiça baiana, medida essa que tem tudo a ver com as propostas do nosso governador, apoiada, tenho certeza, pelo TJ, por levarmos cidadania ao local.

Acho que Juazeiro é um pólo educacional, é um pólo econômico, é um pólo regional, tem uma logística de voos extremamente importante que a credencia, deputado Zó, a ser a segunda Câmara. Já temos a Câmara do Oeste, claro que defendemos também a Câmara Sul, mas a Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Norte baiano hoje certamente levará cidadania para todas aquelas cidades do seu entorno, deputado Zó.

Eu o parabenizo, assim como parabenizo todos que aqui vieram para também fazer essa mobilização. Incorporo-me às vozes do Norte baiano para, junto ao Tribunal, fazermos essa defesa, que nada mais é do que uma defesa de cidadania, defesa de levar Justiça ao Norte do nosso Estado.

Parabéns, deputado Zó.

O Sr. Luciano Simões Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÓ:- Gostaria de pedir a tolerância do Sr. Presidente, pois o assunto não tem Oposição nem Situação. É assunto de muito interesse da região Norte, inclusive da cidade de Campo Formoso, município que V.Ex^a representa nesta Casa.

Com o aparte o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Parabéns, deputado Zó. V.Ex^a, mais uma vez, defende os interesses da Bahia, independente da posição política, independente de ser governo ou Oposição. A região Norte do nosso Estado é uma das mais isoladas e mais pobres da Bahia. Vale lembrar que só quem conhece aquela realidade do semiárido, da seca do Sobradinho e de tantos outros eventos daquela região pode trazer e levantar essa bandeira.

Parabéns, Zó. Conte comigo, com o deputado Adolfo Viana e com a deputada Fabíola Mansur para sensibilizarmos o presidente do Tribunal de Justiça a, definitivamente, instalar a Câmara do Norte na cidade de Juazeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Zó, o tempo de V.Ex^a já encerrou.

O Sr. ZÓ:- Concluirei, Sr. Presidente, porque já vi que há alguns colegas reclamando. Pedirei aos deputados Adolfo Viana e Luciano Simões Filho, apesar de eles serem da Oposição, porque nesse aspecto não há Oposição, nem Situação, que reforcem nos seus tempos essa discussão. Peço isso, porque acredito que essa discussão passa por cima das questões partidárias. Deputado Bobô, que também me pediu um aparte, peço a V.Ex^a que também reforce essa discussão muito importante para a nossa região.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÓ:- Agradeço à OAB e aos representantes daquela região aqui presentes. Voltarei a tocar nessa questão daqui a pouco.

(Não foi revisto pelo orador, nem pelos aparteantes.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, quero continuar, rapidamente, na linha do deputado Zó, porque aqui temos uma unanimidade. Me parece que os 63 parlamentares concordam com a criação da Câmara do Norte e com a Câmara do Extremo Sul. Então, sugiro que façamos, aqui, uma força tarefa para que possamos visitar os desembargadores, demonstrando a eles a importância da criação dessas duas câmaras.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa.) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos. (Pausa.) Não há orador.

O Sr. Pedro Tavares:-Sr. Presidente, falará...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):-Concedo a palavra ao nobre Líder...

O Sr. Pedro Tavares:- O Líder do PMDB! V.Ex^a pulou o PMDB!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Me desculpe, deputado Pedro Tavares. Era para ver se V.Ex^{as} estavam atentas.

O Sr. Pedro Tavares:- Pelo tempo do PMDB, o deputado Pablo Barrozo falará pelo tempo de 6 minutos e o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, queridos colegas, deputados e deputadas, Galerias Paulo Jackson, imprensa presente, amigos que nos assistem pela *TV Assembleia*, ontem, como de costume nesta Casa, aconteceu mais um desrespeito ao Regimento Interno, que prevê em seus artigos, mais especificamente no artigo 103, que a sessão ordinária, que se inicia às 14h30min, poderia se prorrogar por 15 minutos. Ou seja, a sessão pode iniciar entre 14h30min e 14h45min.

Fiquei surpreso, porque, depois de a Oposição tanto insistir em se respeitar o Regimento Interno, o presidente Marcelo Nilo, que tenho muito respeito e que, muitas vezes, tem exercido a sua presidência com justiça e com altivez, veio suspender a sessão, usando o argumento de que o presidente em exercício, o deputado Alex, foi lá requerer e mostrar que estava preocupado com o que havia acontecido. Ele veio e não tomou a sua decisão baseado no Regimento Interno, mas na preocupação do deputado Alex que foi lá reclamar. Infelizmente, o Regimento Interno desta Casa é pormenorizado por qualquer deputado ou a qualquer vontade da presidência. Contudo, deixaremos que o tempo cure as feridas e mostre para nós, ao longo deste ano, qual será o comportamento do presidente desta Casa. A Oposição estará aqui, tentando zelar por esse regimento.

Quero chamar a atenção de todos para esse absurdo que é o governo Rui Costa, Rui do PT, tentar pegar o empréstimo aqui e atropelar, exigindo a urgência da

tramitação nesta Casa do PL no valor de 1,6 bilhão de reais para sanar as dívidas de campanha.

O governador Rui Costa veio, hoje, a público se pronunciar para tentar diminuir esta Casa ao dizer que os deputados tinham de abrir mão das suas emendas. Mas, o governador Rui Costa, em momento algum, se pronuncia para dizer que a Fundação Estatal Saúde da Família, criada por ele e então secretário Jorge Solla, dá, hoje, salários exorbitantes e, ainda, paga esses salários...

O Sr. Marcell Moraes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Com aparte o deputado Marcell Moraes.

O Sr. Marcell Moraes:- Deputado Pablo Barrozo, quero me associar ao discurso de V.Ex^a, a fim de dizer que V.Ex^a está com um discurso muito eficaz quando fala da inércia do governo do Estado, principalmente com relação a este projeto que querem empurrar nesta manhã tarde de hoje.

Tenho certeza de que a Oposição continuará firme e forte para obstruir este absurdo, pois este é um cheque em branco o que o governo do Estado está pedindo a aprovação da Assembleia Legislativa. São 400 milhões de dólares, exatamente, 400 milhões! E há o pior, pois não sabemos onde este dinheiro será aplicado.

Então é lastimável que o governo do Estado, através da pessoa de Rui Costa, venha, deste modo arbitrário, trazer para a Assembleia um projeto onde nem os deputados da Situação e do governo sabem onde será aplicado tal dinheiro. É um absurdo o que pode acontecer aqui no dia de hoje.

Faço um apelo à sociedade baiana e aos nobres deputados eleitos democraticamente pelo voto do povo da Bahia que se expliquem. Nós não vamos assinar um cheque em branco para o governador Rui Costa. Isso, na verdade, é um desmerecimento a esta Casa, é um desmerecimento à Assembleia Legislativa e é um desmerecimento a todos os deputados.

Por isso, a Oposição ficará aqui para mostrar à sociedade que não vamos retroceder um milímetro contra este absurdo e não vamos deixar que este governador traga este projeto para esta Casa e colocar para todos os deputados avaliarem de forma irracional, vamos dizer assim. A partir do momento em que você traz para uma Assembleia Legislativa respeitada um projeto que não diz onde serão aplicados US\$ 400 milhões, é achar que os novos deputados aqui...

O Sr. PABLO BARROZO:- Deputado Marcell Moraes, quero um aparte.

O Sr. Marcell Moraes:- Vou conceder um aparte a V.Ex^a. (Risos.)

Obrigado, deputado Pablo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Deputado Marcell, quero parabenizá-lo e, ao mesmo tempo, dizer-lhe que as suas são as palavras dos deputados independentes e dos deputados que estão aqui pensando na Bahia. Infelizmente, o governador Rui Costa, o governador Rui do PT, esconde-se na barra da saia da presidente Dilma Pinóquio para dizer que é a favor da CPMF. A CPMF é tirar dinheiro das empresas que estão contratando, que estão gerando emprego e renda e colocar em um governo falido ou colocar em um governo que não sabe administrar o dinheiro público.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Concedermos este empréstimo para o governo é colocar recursos em um governo que deixa a saúde e a educação combalidas, a segurança pública abandonada quando se comprova ter perdido o rumo da segurança pública. Tal empréstimo é dar recursos para um governo que, há 8 anos, vem demonstrando total incompetência na gestão do dinheiro público.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Agradeço a sua paciência comigo, presidente, que me deu mais 3 segundos para falar.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras presentes neste plenário e nas galerias, ao lermos ou ao assistirmos, no decorrer dos últimos 8 dias, às manchetes da imprensa, percebe-se que são manchetes de estarrecer e entristecer, pois começam a apavorar qualquer brasileiro e/ou brasileira do Oiapoque ao Chuí.

E vai, aqui, um levantamento do próprio IBGE: “Taxa de desemprego sobe para 8,6%”, “Governo acaba com Programa Farmácia Popular em 2016”, “Inflação medida pelo IGPM tem alta de 8,35% em 12 meses”, “Brasil perdeu quase um milhão de empregos em um ano”, “Construção civil sofre a maior crise dos últimos 12 anos”, “A Bahia reduziu seu quadro de funcionários de 730, em dezembro, a menos de 300 hoje”.

Estamos entrando, meu caro deputado Luciano Ribeiro, no turbilhão da crise. O país começa a apavorar a população e, no passado, se não me engano, na crise, em 2008, o ex-Presidente Lula dizia que aquilo apenas eram marolas, que não atingiriam a economia brasileira. Hoje, nesse turbilhão que o Brasil, de fato, está entrando, todos os políticos, deputados, o próprio Governo do PT sobem à tribuna ou declaram, nas manchetes dos jornais, que o Brasil está sendo afetado pela crise mundial. Ora! Qual é a crise mundial capaz de afetar a economia tão sólida deste país, outrora cantado em versos e prosas pelos nossos governantes?

Esquecem que estamos começando a sofrer pela incompetência e pela incapacidade deste governo, que está instalado no país desde 2003, que está instalado na Bahia desde 2007. Essa é a realidade que nós brasileiros e baianos estamos vivendo nesse momento. E procuram, aqui, na escuridão do buraco, encontrar as justificativas ainda no passado.

Ontem, ouvi aqui o deputado Líder do Governo dizer que os políticos de hoje teriam vergonha dos tempos que o Democrata ou o PFL ou PMDB ou quem lá que fosse governava o país. Mas esquecem de entender que, neste momento, estão solidificando, neste país, a vergonha das futuras gerações. Do jeito que estão governando este país, do jeito que estão governando esse Estado, logo qualquer brasileiro não terá vergonha de fazer parte de um partido político, pois, meu caro deputado Alex, terá vergonha de ser brasileiro. Ou nós políticos viramos a página

desta crise moral, meu caro deputado Sargento Isidório, ou viramos a página desta crise política, desta crise econômica, desta crise social ou, infelizmente, chegará o dia que teremos vergonha de ser brasileiro.

Quero concordar com o deputado Herzem Gusmão – correlegionário do meu partido, já que somos do PMDB – pois, também, não concordo com esta postura do PMDB Nacional de estar, a todo momento, negociando o quinhão maior, neste Governo que tem derrotado o nosso país.

Portanto, deixo aqui o nosso protesto. Ainda bem que o PMDB da Bahia, chefiado e coordenado pelo ex-ministro Geddel Vieira Lima e pelo deputado federal Lúcio Vieira Lima, está totalmente à parte desta negociata que envergonha, também, meu caro presidente, ao nosso partido.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou do Bloco Parlamentar PTN/ PRO/ PRP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Alex Lima; por 6 minutos, o deputado José Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Imprensa presente, amigos que nos visitam na Galeria Paulo Jackson, funcionários da Assembleia, telespectadores que nos assistem pela *TV Assembleia*.

Sr. Presidente, talvez a maior cobrança que este parlamentar tem recebido de diversos segmentos, deputado Gika, de grupos de amigos, de empresários, de todas as faixas etárias, em qualquer cidade que nós visitamos, é a queixa sobre a segurança pública no nosso Estado, deputado Adolfo. Por diversas vezes, a Oposição subiu, ao longo deste ano, nesta tribuna para questionar ou denunciar algum caso de violência no nosso Estado. Eu tenho tido a oportunidade de visitar alguns municípios, ao lado do governador Rui Costa, e tenho ouvido do governador sobre sua disposição muito firme para enfrentar o problema da criminalidade do nosso Estado.

Hoje, eu queria chamar a atenção para que façamos uma reflexão, deputado Alan, sobre uma matéria do jornal *Folha de São Paulo*, que traz uma reportagem sobre as capitais mais violentas do país. E das dez capitais mais violentas do país, oito estão na região Nordeste. Evidente que nós queremos uma cidade mais segura, um estado mais seguro. Mas o que nós podemos e precisamos fazer é historiar o problema da segurança pública no nosso país. Não é possível, deputado Prisco, V.Ex^a que defende muito bem a Polícia Militar da Bahia e do Brasil. Mas nós podemos e precisamos fazer a reflexão do que é que gerou essa violência no nosso Estado e na região Nordeste do país. Será que é um acaso de coincidência que oito capitais nordestinas compõem o quadro das dez cidades mais violentas da Bahia? Claro que não. O problema da violência do nosso Estado e da região Nordeste é o descaso de

anos e anos de governo com essa região pobre, pouco desenvolvida e que, por muito tempo, não existia para os governos federais. Nós precisamos, por dever de justiça, reconhecer que, depois da chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, o Nordeste passou a ser enxergado, deputado Joseildo.

É essa reflexão que eu quero fazer. Não é apenas com polícia na rua, com armas que nós vamos enfrentar o grave problema da segurança pública. Nós precisamos cuidar das pessoas, nós precisamos investir na qualidade de vida, no emprego, na geração de renda; porque senão vamos ficar, aqui, a cada sessão, discutindo a violência – quem morreu, quem foi assaltado, o caixa que foi arrombado. Lógico que a questão do enfrentamento da segurança pública tem que ser uma preocupação, e tem sido a deste governo. Porém, nós precisamos levar em consideração as causas que resultaram nesta onda de violência.

Eu ainda acho que é muito pouco, apesar dos avanços dos últimos anos, os investimentos que o governo federal tem feito na Bahia e no Nordeste; porque nosso deficit de investimento é muito grande, deputado Gika. Aqui as coisas chegam depois de todas as outras regiões do país, porque nós nunca fomos, até a chegada de Lula à presidência do país, vistos com a importância que nós temos.

Precisamos reverter este Nordeste pobre e seco – mas de um povo trabalhador e disposto a vencer na vida – que precisa ter cada vez mais um olhar cuidadoso e carinhoso do governo federal. E nós precisamos levar e chamar a atenção da sociedade para o fato de que não é apenas com polícia nas ruas que nós vamos enfrentar o problema da violência. Precisamos acabar com o desemprego e diminuir o abismo social que divide o Nordeste brasileiro do resto das regiões do País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, Imprensa, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, neste cenário da crise econômica e política brasileira temos ouvido algumas vozes insistirem que a presidenta Dilma teria promovido uma espécie de calote eleitoral. Outros afirmam que ela teria traído o povo brasileiro em função das mudanças que ocorreram após as eleições.

Ora, o processo político, as eleições e as estruturas de representação têm como função organizar a vida da sociedade e encaminhar soluções para o conjunto dos problemas brasileiros, e de qualquer nação, em se tratando de outro país.

O que a presidenta Dilma vem fazendo é, exatamente, corrigir os efeitos negativos da conjuntura mundial. Evidentemente que, no plano da economia, o poder político pode muito, mas não pode tudo. As forças do mercado são poderosíssimas. E o que a presidenta Dilma está fazendo deveria ser aplaudido pela Oposição, porque, no processo eleitoral, a Oposição criticou exatamente o que Dilma está fazendo. Queriam a redução dos gastos públicos e redução de ministérios.

Ou seja, na verdade, a base social de esquerda em alguns momentos se chateia

com as atitudes de Dilma porque ela não teve opção para continuar naquela linha de transformações mais aceleradas. Então, é um contrassenso o discurso da Oposição. Se a Oposição quisesse ser coerente com o que pregou nas eleições deveria soltar foguetes e aplaudir a presidenta Dilma.

E não é verdade que os investimentos estejam congelados. Não! Aprovada a reforma fiscal...

E o PMDB, que é o principal aliado do governo, e o da Bahia é contraditório, surfou no governo Lula, o PMDB da Bahia surfou nos momentos em que Dilma estava bem; agora, mais uma vez, trai a trajetória para se aproveitar de uma circunstância política. Na verdade, quer dar um golpe no processo de aliança. Então, a Oposição é incoerente, e mais ainda o PMDB da Bahia.

Sr. Presidente, neste contexto gostaria, também, de comentar sobre o que a imprensa divulgou, de ontem para hoje, fazendo uma ilação contra o presidente Lula: que ele teria promovido *lobby*, através do seu prestígio internacional, para levar a Odebrecht... Pergunto: qual é o país do mundo cujos dirigentes não são porta-vozes dos interesses nacionais e do empresariado nacional?

Quem conhece a história da diplomacia internacional sabe que os governos ingleses, por décadas e décadas, foram os porta-vozes dos grandes empreendimentos internacionais. A própria Bahia sabe disso! As ferrovias baianas, as fábricas alemãs, a presença do empresariado francês na Bahia e no Brasil, sempre tocados pela diplomacia desses países.

E o presidente Lula, no momento em que discutia um projeto alternativo para a América Latina e para o Brasil, procura a África, a América Latina e coloca publicamente o que, aparentemente, a Polícia Federal está dizendo que está descobrindo. Todo mundo sabia! Em quantas entrevistas Lula dizia que iria para a África buscar negócios para o Brasil? E que se reuniu com os governos próximos na América Latina para que pudesse ser feito um arranjo diplomático com a presença dos empreendedores nacionais? Qual é a novidade, gente?! Mas, infelizmente, uma certa parte da imprensa alimenta e continua nutrindo o sensacionalismo, que não ajuda absolutamente nada a entender o quadro nacional e internacional.

O que Lula e o PT, enfim, o que nós acreditávamos é que havia uma elite no Brasil querendo um processo nacional de desenvolvimento com inclusão social. Mas, infelizmente, parece que não existe! A elite brasileira só sabe apoiar governo quando o interesse imediato dela é atendido. Quando se exige a mediação para que se construa um pacto nacional e que os outros atores, os outros setores, possam ser beneficiados, essas elites fogem e se aliam ao que de mais irracional existe na política nacional e internacional.

Sr. Presidente, apoio esse combate e seus efeitos para que efetivamente se apure o que estiver errado. Mas, dizer que Lula agiu ilegalmente é um absurdo de quem fala e de quem divulga.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSD para falar

ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

Não há orador.

A Sr^a Fátima Nunes:- O PSD tem orador, Sr. Presidente, são os deputados Fabrício e Bobô, cada um pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bobô, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Bom-dia, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente, também gostaria de parabenizar o deputado Zó por sua fala, quando se referiu à criação das Câmaras Especiais, sobretudo na região Norte. Também me coloco como um parceiro nessa questão, até porque a região Norte compreende, deputado Zó, a minha cidade, Senhor do Bonfim. Acho que é importante esse trabalho, essas Câmaras Especiais, e me coloco na condição, também, de colaborar no convencimento do Judiciário para que se concretize esse sonho de todos nessa região.

Também gostaria de deixar registrado aqui, infelizmente, o meu sentimento com o falecimento do pai do vereador Carlinhos do Caixa, na Cidade de Jacobina. Deputado Manassés, o Sr. Francisco Cunha de Oliveira, aos 78 anos de idade, lamentavelmente, faleceu vítima de um AVC. Quero não só prestar a minha solidariedade, mas expressar o meu sentimento de dor pela perda de uma figura importante e querida de toda a família do vereador.

Mas queria chamar a atenção e, mais uma vez, fazer um apelo a Fábio Vilas Boas, secretário da Saúde do Estado, para que coloque em seu itinerário, já que ele tem feito muitas viagens pela Bahia, uma visita a Jacobina e outra a Senhor do Bonfim para verificar *in loco* a situação dos hospitais municipais.

Entendo que saúde é um direito inegável do cidadão, e isso está na Constituição. E não há bandeira partidária envolvida nisso, temos de defender o interesse do cidadão em primeiro lugar.

E envolvendo esses dois territórios, Sr. Presidente, temos lá quase 700 mil pessoas morando, Manassés, sem disporem de uma UTI nos hospitais desses dois municípios. E o Sr. Francisco, infelizmente, faleceu porque ficou 3 dias esperando a regulação para conseguir uma transferência para Juazeiro. Lamentavelmente, isso não aconteceu. Se tivéssemos lá, no Hospital Municipal de Jacobina, uma UTI, talvez ele pudesse ter maior condição de sobreviver. E isso também se reflete em Senhor do Bonfim, porque atende a nove municípios daquele território, e ainda não temos uma saúde digna lá.

É um hospital municipal, mas entendo que o Estado também tem suas obrigações – até porque é constitucional – de intervir e tentar resolver essa questão.

O Sr. Manassés:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BOBÔ:- Com o aparte o deputado Manassés.

O Sr. Manassés:- Deputado Bobô, as suas palavras são minhas, pois como pode uma região com 700 mil pessoas não ter UTI, nem em Jacobina nem em Senhor do Bonfim. Isso realmente é uma irresponsabilidade muito grande.

As pessoas estão morrendo por falta de UTI em Jacobina e em Senhor do Bonfim. Concordo plenamente com suas palavras e acho que tem que se chamar a

atenção aqui nesta Casa . Nós estamos aqui para representar a população.

O Sr. BOBÔ:- Muito obrigado, deputado.

Com o aparte o deputado Zó.

O Sr. Sidelvan Nóbrega: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Zó:- Eu queria dizer que isso não é importante somente para Senhor do Bonfim e Jacobina, é importante também para Juazeiro e Petrolina, que recebem um fluxo de paciente que abarrotam, superlota os hospitais daquelas cidades e naturalmente, com a superlotação, o atendimento fica comprometido. Acho que principalmente Senhor do Bonfim precisa fazer parte dessa luta que V.Ex^a quer travar aqui, que seja acolhida por outras lideranças. Naturalmente, Jacobina e Senhor do Bonfim precisam de quatro a seis leitos de UTI para atender essas emergências como esse caso que aconteceu agora.

O Sr. BOBÔ:- Muito obrigado, deputado.

Com o aparte o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Bobô, quero parabenizá-lo por sua postura independente ao mostrar que o governo do Estado da Bahia é uma continuidade do governo Wagner. O governo Rui fazia parte do governo anterior e esqueceu aquela região, nós temos ali um problema muito sério e V.Ex^a toca numa ferida, pois a regulação hospitalar na Bahia é um crime contra as pessoas que estão em emergências precisando de cirurgias e têm de ser transferidas. Portanto quero parabenizá-lo por seu discurso independente nessa tribuna.

O Sr. BOBÔ:- A gente está apenas alertando e chamando a atenção do governo. O governador Rui Costa recentemente anunciou a construção de quatro novos hospitais. Acho que esse dois territórios têm de ser prioridade no nosso governo, o governo Rui. Vamos estar aqui toda semana alertando, chamando a atenção para que possamos ter uma saúde mais digna, de mais qualidade, porque essa é a nossa obrigação. O nosso mandato confere isso e nos obriga a defender a população com relação às necessidades básicas que entendemos ser fundamentais para se ter mais qualidade de vida e mais inclusão social.

Obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Fabrício Falcão por 5 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meu bom dia! Esta sessão extraordinária nesta manhã é para votarmos os projetos de máxima importância para o Estado da Bahia, acho que esses tão sonhados recursos que aprovaremos aqui hoje serão importantes para garantirmos a melhoria das estradas de todo o estado da Bahia.

Na verdade, a minha fala de hoje é sobre a aprovação ontem da lei da reforma eleitoral. Ontem se deu um passo importante para modificar toda a forma de fazer política no Brasil, com a constatação de que era necessária uma reforma no sistema eleitoral de modo que o processo eleitoral no Brasil se torne menos danoso para a

sociedade, se torne a algo mais dos iguais. Foi votada, mesmo não tendo sido a reforma desejada, pois eu tenho críticas a alguns pontos que foram aprovados e a outros tantos que não foram sequer colocados em votação e que tinham também uma condição importante de melhoria do sistema eleitoral brasileiro. Para mim, ontem, a presidenta Dilma ao sancionar a reforma política, a parte que diminui o tempo eleitoral de 90 dias para 45 dias, deu um passo importante para que as eleições se tornem menos cansativas, sendo em menor tempo, não paralisam tanto a Nação, os municípios em época de eleições municipais, e os Estados em épocas de eleições estaduais, um processo mais célere. O ganho principal é que será com menos custo financeiro para a sociedade.

Inclusive a parte de ontem da discussão da reforma que a presidenta Dilma Rousseff sabiamente vetou, que é a questão do financiamento privado para os candidatos. Eleição é feita para o cidadão, pelo cidadão e para o homem do povo. Eleições não devem ser feitas da forma que era feita, até o pleito de 2014, em que os grandes e principais atores da política eleitoral brasileira foram as grandes empresas. Empresas essas que, em 2014, no total, doaram mais de 1 bilhão de reais a candidatos. Deputados, vereadores, governos eleitos com a força de empresas privadas, e acabam se corrompendo, fazendo parcerias promíscuas para ganhar obras públicas e, desse modo, poder financiar o sistema eleitoral brasileiro com doações.

Particularmente, acho que deve ser realmente proibido que empresas privadas doem dinheiro para campanhas eleitorais, tirando o poder de as grandes empresas serem o grande agente financiador da política no Brasil.

O meu Partido, o PCdoB, sempre teve, em nível nacional, uma decisão firme e acertada de ser contrário a que empresas doem para as eleições neste País. E, dessa forma, a presidenta Dilma vetou a doação privada de empresas para financiar políticos, sendo um grande avanço para se modificar a estrutura das eleições, com menos parafernália de mídias, com menos parafernália de brindes e materiais, a coisa feia em que se tornam as cidades com aquele tanto de placas, minidoors, cavaletes esparramados, sujando a cidade.

Tudo isso foi cortado, fazendo com que as eleições sejam mais a relação do eleitor com o cidadão que se torna candidato. Este apresentando uma plataforma de política, com projetos, visando ter maior contato com o cidadão, a fim de que suas propostas, seus valores de campanha, de projeto político sejam partidários. Ou seja, que um projeto para uma cidade seja posto mais em voga do que o dinheiro.

O dinheiro tem que deixar, a cada dia, de ser um agente maior da política e ser mais a relação do cidadão buscando que aqueles que ocupam o espaço o façam pelo trabalho, pela relação de trabalho que tenha com a sociedade.

Então, acho que a reforma política sancionada ontem pela presidenta Dilma, e que foi votada pelo Parlamento Brasileiro, foi de grande importância. Tanto diminuindo o tempo de eleição, como diminuindo estrutura de materiais que emporcalham as cidades. Para mim, o maior avanço foi coibir que empresas privadas sejam os senhores, donos de mandatos de deputados no Congresso Nacional ou nos parlamentos estaduais ou municipais.

Era essa a minha fala no dia de hoje, Sr. Presidente.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Bloco DEM/PV para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará, Sr. Presidente, por 6 minutos, o deputado Adolfo Viana; e por 5 minutos, o deputado Sidelvan.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, imprensa, cidadãos que nos acompanham em nossas galerias ou através da *TV Assembleia*, hoje iria usar esses 6 minutos, deputada Fabíola, para falar do projeto de lei que chegou a esta Casa, encaminhado pelo Executivo, que pretende levar a bagatela de 400 milhões de dólares sem dizer para onde irão esses recursos.

Mas, fomos surpreendidos hoje, deputado Zó, pela visita da OAB de Juazeiro, que pede o apoio desta Casa Legislativa para a criação da Câmara do Norte, e também da Câmara do Extremo Sul. Acho que seria de grande importância darmos esse apoio, porque, realmente, a distância é muito grande a ser percorrida do Norte do Estado da Bahia até o Tribunal de Justiça. Acho que devemos dar a nossa parcela de contribuição.

Dito isso, fui surpreendido pelo pronunciamento do deputado e professor, amigo Zé Raimundo, que voltou com o discurso da presidente Dilma e do Partido dos Trabalhadores no período pré-eleitoral, querendo fazer uma divisão do País. Fala-se de uma elite, de pretos e de pobres; fala-se do Nordeste e do Sul; fala-se de uma divisão do País que não podemos aceitar.

O que tenho a dizer, deputado Zé Raimundo... Tenho muito apreço por V.Ex^a, por suas palavras. Estava a lhe ouvir dali. Mas acho lamentável e vergonhoso a postura do Palácio do Planalto que concede dois ministérios a mais para o PMDB para adquirir apoio político, para que os projetos possam ser votados na Câmara.

Imaginem V.Ex^{as} a crise econômica que o país vive. Fala-se muito em austeridade para podermos enfrentar essa crise, e a presidente Dilma resolve distribuir ministérios para adquirir apoio político.

A meritocracia não existe nesse governo do Partido dos Trabalhadores. Em momento algum eu percebi o governo tentar escolher um bom nome para melhorar a saúde do povo brasileiro. O que eu pude perceber, deputada Fabíola, com indignação, foi a presidente da República entregar dois ministérios ao PMDB para conseguir 20 ou 30 votos para que ela pudesse colocar as votações. E essa vai ser a metodologia de trabalho que ela vai utilizar. Quanto mais a Câmara Federal apertar a presidente, mais ela vai abrir cargos para adquirir apoio.

Esse não é o caminho que vai levar o país a sair da crise, muito pelo contrário. Essa metodologia de trabalho vai afundar cada vez mais o país. Mas, o Partido dos Trabalhadores não está preocupado com isso, a única preocupação que eles têm hoje é manter a sua base no Congresso para que possam votar assuntos de interesse do

governo.

O Sr. Alan Sanches:- Concede-me um aparte, deputado?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu concederei o aparte.

Mas, eu fico, deputado Alan, antes de lhe conceder o aparte, com uma preocupação, essa metodologia eu já falei, e repito, vai levar o país cada vez mais para o fundo do poço, a meritocracia não existe, o que existe é a compra de apoios políticos no Congresso.

Eu fico a me perguntar: se Tiririca tivesse 30 votos, era capaz de levar o Ministério da Educação, porque eles estão distribuindo assim, sem critério algum, eles distribuem para adquirir apoio e não querem saber quem vai ocupar o cargo.

Eu ouço com prazer o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado, primeiro quero agradecer a oportunidade de lhe apartear. E hoje, realmente, ao amanhecer, quando abri o jornal da nossa cidade, tomei aquele susto. O ministro da Saúde demitido por telefone. Mas, isso é o trabalho do Partido dos Trabalhadores, que tem feito isso, tem sido uma rotina, tanto lá como aqui. Algumas pessoas também aqui são exoneradas, demitidas, às vezes sem nenhum telefonema, são exoneradas, realmente, através do Diário Oficial, quando vão trabalhar, com diversas pessoas aconteceu dessa forma. Falo até do nosso amigo, deputado Nelson Leal, porque seu pai foi retirado do governo de uma forma, inclusive, sem nenhum telefonema. O Ministro da Saúde, pelo menos, recebeu esse telefonema.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu incorporo o aparte de V.Ex^a.

Deputado Alan, foi demitido por um telefonema, porque não está usando ainda o WhatsApp, porque daqui a pouco eles vão fazer por WhatsApp mesmo, nem falar vai, porque o governo na ânsia de contemplar os votos que podem ser seus no Congresso fazem qualquer negócio. Isso vai levar o país, cada vez mais, para o fundo do poço.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa aqui presente, eu quero continuar nessa mesma linha de pensamento do deputado Adolfo, e quero recordar alguns minutos atrás, o nobre colega, deputado Zé Raimundo, ressaltando o trabalho da presidente Dilma Rousseff.

Deputado Adolfo, se fala tanto numa reforma ministerial, numa reforma para enxugar a máquina do governo, mas, o que estamos vendo na verdade é um governo comprando apoio do cenário nacional para se manter pendurado num cargo de presidente, o qual o povo brasileiro já não acredita mais.

A reforma que deveria ser feita, deputados aqui presentes, não deveria ser apenas de redução de Ministério. Fizemos um estudo, e só em Brasília, no governo federal, são 22 mil cargos comissionados que oneram o governo do Estado. Então,

não adianta fundir ministério, não adianta reduzir, se não corta os cargos que estão lá.

Como se não bastasse, o governo federal já acumula, deputado Adolfo e deputada Fabíola, um déficit nas contas públicas de 14 bilhões de reais. O pior registrado em todos os tempos nesse governo. E me parece que o pessoal do PT sobe a esta tribuna, e sinto-me como se estivesse em outro país, e não no nosso país, no nosso Estado, deputado Adolfo. Nós precisamos voltar ao nosso País. E ainda o que é pior! Nesta Casa chega um projeto para dar uma carta ao governo do PT, que tem as suas contas todas bagunçadas no Estado, e que hoje vai à imprensa dizer que a culpa de não pagar os salários dos servidores é de emenda de deputado.

Ora, Adolfo, isso é uma tremenda mentira.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Eu concedo o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sidelvan Nóbrega, quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento e dizer que, assim como V.Ex^a, também estou indignado com essa conduta. E aqui somos minoria. Mas nas ruas somos maioria quase absoluta. A população brasileira está revoltada! O que a Presidente Dilma faz, ao distribuir ministérios, é justamente aceitar uma chantagem! O povo brasileiro não aceita isso. As pessoas estão desempregadas!

As pessoas estão pagando juros altíssimos e a Presidente Dilma distribui cargos no Congresso Nacional para manter a sua base de sustentação. É vergonhoso! E quem vai pagar o preço é justamente a população mais carente que eles tanto dizem defender, que eles tanto falam dos programas sociais. Serão os mais pobres que pagarão o preço mais alto da irresponsabilidade deste governo.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Srs. Deputados, e como se não bastasse, deputado Adolfo, deputado líder Sandro Régis, não estou falando ainda do rombo no sistema elétrico, que é o pior que esse País tem, deputada Maria del Carmen. Nós precisamos ficar atentos a estes movimentos.

E hoje pela manhã, ao ler o jornal, deparo-me com o aumento de 6%, deputado Gika, que teremos a pagar na gasolina e no óleo diesel. Ora, meus amigos e amigas, o povo brasileiro já não aguenta mais! O povo brasileiro já não aguenta mais pagar a conta, Sr. Presidente. Por isso, esta Casa tem o dever de cobrar do governador Rui Costa em que será aplicado esse empréstimo de 400 milhões de reais. Nós, da Oposição, não daremos um cheque em branco a este governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará por 12 minutos, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, subo a esta tribuna num primeiro momento para comunicar aos companheiros, deputados e deputadas, acerca deste

momento que para nós é de muita tristeza, pelo falecimento de Maria Angélica, ex-presidente do PT, ex-vereadora e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sátiro Dias. Apresentaremos uma moção de pesar, lamentando o falecimento precoce dessa companheira, muito ligada inclusive a nossa amiga deputada Fátima Nunes e ao nosso mandato.

Também gostaria de convidar a todos os que nos ouvem para que amanhã estejam presentes à homenagem que será feita, através de uma sessão especial, aos 100 anos de Fernando Santana. Ele é ex-deputado federal, natural de Irará, comunista convicto, constituinte, um dos elaboradores da Constituição Cidadã de 1988, uma figura da mais alta expressão no ambiente da política brasileira, principalmente baiana.

A partir de agora a nossa fala vai em função dos debates que até então ocorreram nas falas que nos antecederam desta tribuna. Estávamos fazendo discussões e bastava tão somente trocar o lado de quem tivesse discursando, Oposição ou Situação, que veríamos paisagens semelhantes, do ponto de vista do *modus operandi* da política nacional. Tudo isso em função do sistema já exaurido, do sistema que provoca distorções graves, mas que o Parlamento brasileiro não cuida, não trata de resolver o problema. E é lá que se encontra a raiz de todo esse disparate, principalmente numa eleição em que elegemos, por exemplo, o governador, a presidente Dilma, mas não fizemos uma maioria efetiva. O que é natural em qualquer sistema político, em função das distorções principalmente da forma de financiamento como se dá em todo o território nacional.

Essa é a raiz e deveria ser a nossa principal preocupação, porque de resto, inclusive por onde passamos, temos um orgulho muito grande de ter mudado a razão da política e da ação da política em relação ao nosso povo, precisamente a partir de 2003. Ainda recordando a penúria e o ambiente macroeconômico deixado de legado, do Fernando Henrique Cardoso para o Lula, tínhamos um país literalmente entregue e que quebrou, deputado Zé Raimundo, três vezes.

Naquela época, o Brasil não gozava o privilégio de ter grau de investimento internacional. Pagava pelo dinheiro que tinha que ser tomado por empréstimo, valores dos encargos muito elevados em relação a todos os empréstimos tomados de 2003 para cá. O endividamento externo do país era insustentável. Foi proclamado, por diversas vezes, que era impagável. Com muita tristeza, ficávamos acabrunhados com a presença do FMI ditando as normas da macroeconomia nacional. Uma vergonha! Uma falta de soberania! A apatia de Fernando Henrique Cardoso era algo patente, porque se agachava aos interesses principalmente das nações desenvolvidas do velho mundo e do Tio Sam, dos Estados Unidos.

Era um país sem soberania, o Itamaraty, as embaixadas brasileiras eram subservientes. Nós não tínhamos uma política de transferência de renda que transformou o extrato de renda do trabalhador brasileiro. Foram 36 milhões de brasileiros que saíram da miséria nesses 13 anos do governo do PT e dos seus aliados. Quarenta outros milhões de brasileiros ascenderam na escala social; a renda do trabalho nesse país se modificou como nunca antes.

Quantos anos vivemos numa razão, tecnicamente falando, de pleno emprego neste país com o desemprego rondando uma taxa 5%? Por quanto tempo na história recente da nossa jovem democracia constituímos essa razão de excelência que foi parida de um projeto político diferenciado?

Lembro-me perfeitamente de um decreto presidencial do Sr. Fernando Henrique Cardoso, tucano de alta plumagem, que impedia a implantação das conhecidas Escolas Técnicas Federais por todo ambiente nacional. A educação passou ao largo do olhar mais atento, principalmente na quantidade de universidades que foram criadas nesse tempo mais recente.

O Sr. Zó:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Habitação, saneamento, não havia financiamento para o saneamento. De quem era ou de quem é a responsabilidade dos 2 milhões e meio de baianos que não sabiam ler e escrever? De quem é a responsabilidade desse legado que foi colocado nas mãos de Jaques Wagner em 2007?

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Dois milhões e meio de baianos sem ler e sem escrever. Onde estava o recurso para levar o abastecimento de água aos rincões do semiárido aqui do Nordeste, mais precisamente no Nordeste, no Norte, no Oeste da Bahia, no Sudoeste baiano, no Semiárido que perfaz 2/3 do território da nossa querida Bahia?

Quanto eram as reservas deste país, qual era o colchão que este país tinha para poder fazer frente aos problemas internacionais, principalmente aos ataques especulativos do capital financeiro? Como era o combate à miséria e à fome neste país? Como era a discussão republicana dos grandes temas, das conferências, começando pelas conferências municipais, territoriais, estaduais e as conferências nacionais, discussões estruturantes mudando a forma de se governar, de se tratar os grandes temas estruturantes deste país?

Portanto, nós temos muito orgulho de tratar dessa questão...

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me concede um aparte, deputado?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Só um instante excelência. Eu vou conceder o aparte ao companheiro Zó que me pediu primeiro.

O Sr. Zó:- Eu só queria, quando o senhor falou em educação, lembrar da Universidade do Vale dos São Francisco que atende diversas cidades daquela região e três Estados: Bahia, Pernambuco e Piauí, o que tem ajudado muito. E quero deixar todos convidados para a inauguração da Escola Técnica de Juazeiro, Petrolina já possui há pelo menos 30 anos. Será uma escola para uma média de 1200 estudantes o que vai ajudar muito no desenvolvimento daquela que é a segunda cidade em geração de emprego no país e a primeira no Nordeste.

Então, queria só ressaltar os avanços da educação naquele município que irá ajudar a região toda.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a e preciso concluir o meu raciocínio.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- V.Ex^a teve tempo de pedir mais cedo e eu lhe cederia com muita tranquilidade, mas eu ainda preciso falar de uma coisa muito interessante. É preciso comparar vis-à-vis os 8 anos, ou até mais, botem, ajustem, somem com esses anos do governo Lula e Dilma. Passamos por um momento difícil do ponto de vista da macroeconomia, mas nem de longe se compara à solidez das instituições. Como andava a Polícia Federal, a Procuradoria Geral da República, os engavetadores nacionais? A Polícia Federal vivia agachada, não tinha efetivo, não tinha estrutura, as instituições não funcionavam. Corruptor nunca esteve nas barras das leis. Era muito diferente. Estamos respirando outros ares. Não tem problema, faremos o debate quando for preciso. É importante dizer que temos consciência absoluta de que este País, nos últimos anos, operou uma transformação, principalmente na transferência de renda, deputada Maria del Carmen. Não há comparativo, não há similaridade, não existe termo de comparação com nenhum outro País nessa era moderna, nessa era contemporânea, com esse verdadeiro milagre que foi operado a partir dos governos que foram protagonizados por Lula e, agora, por Dilma.

Então, é com muita tranquilidade, com muito orgulho, que temos que dizer que o Brasil é outro e que temos que punir exemplarmente quem deu causa. Agora, que todos fiquemos espertos, não adianta apontar o dedo, porque, com o sistema político que até hoje vige neste País, todos os políticos, principalmente os do Parlamento, serão alcançados pela forma de se financiar campanhas que agora, felizmente, deixou de ser através do financiamento empresarial.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, V.Ex^a sabe do apreço que tenho aos colegas da Casa, fiz uma solicitação, de uma forma republicana, ao deputado que estava na tribuna faltando ainda 5 minutos para terminar o seu pronunciamento, mas, infelizmente, não me foi concedida a questão de ordem. Mas faz parte, gostaria de deixar registrado.

Agora, a questão de ordem era, justamente, para solicitar que seja feita uma verificação de quórum da sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a mandasse zerar o painel, desse os 15 minutos regulamentares para que, caso não tenhamos quórum, possamos restabelecê-lo para a continuidade da sessão.

Portanto, desde já, pedimos aos deputados, principalmente os da Base do governo, a se fazerem presentes no Plenário já que existe um pedido de verificação de

quórum para a continuidade da presente sessão. Portanto, os deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, pedimos encarecidamente que cheguem ao Plenário.

Era essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Zerem o painel, marquem 15 minutos. Os Srs. Deputados que querem a continuidade da sessão, marquem as presenças.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já há quórum.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tenho aqui um ofício do governador Rui Costa comunicando a V.Ex^{as} com fundamento no Art.120, Inciso I do Regimento Interno da Assembleia, o exposto da resolução de 1193 de 17 de janeiro de 1985, solicita a retirada do projeto de lei 21.433/2015 que altera a lei 12.585, de 04 de julho de 2012.

Peço ao deputado Zé Neto, Líder do governo, que também tem que assinar para que eu possa deferir. Com a assinatura do Líder do governo eu retiro.

Há sobrestando a pauta aqui o projeto de lei do Poder Executivo nº 21.435 que altera o dispositivo da lei 11.357 de 6 de janeiro de 2009, que organiza o regimento próprio de previdência dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Deputado Luciano Ribeiro pediu vistas. Esse projeto está sobrestando a pauta e eu concedi por 72 horas.

O Sr. Luciano Ribeiro:- O projeto 2.432 é o primeiro que está sobrestando a pauta, que tem uma emenda minha inclusive.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defiro a questão de ordem de V.Ex^a, defiro porque o 21.432 precedia.

O Sr. Luciano Ribeiro:- É esse que está precedendo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defiro a questão de ordem de V.Ex^a. O assessor pode ajudá-lo, esse tributarista e grande advogado. Carlos aqui me ajuda muito. Estou deferindo porque V.Ex^a me pediu.

O projeto de lei 21.432/2015, que dispõe sobre o procedimento de inscrição de créditos não tributários em dívida ativa do Estado da Bahia e disciplina os mecanismos de cobrança dos títulos executivos extrajudiciais, e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Vítor Bonfim para relatar a matéria.

O Sr. VÍTOR BONFIM:- (Lê):- *“Parecer no âmbito das comissões de Constituição e Justiça. Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.432/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual “Dispõe sobre o procedimento de inscrição de créditos não tributários em dívida ativa do Estado da Bahia e disciplina os mecanismos de cobrança dos títulos executivos extrajudiciais, e*

dá outras providências.”

Encaminha, o Exmº Sr. Governador do Estado, à apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto de lei que ora venho relatar, versando sobre os procedimentos a serem observados para inscrição de créditos não tributários em dívida ativa do Estado, ao tempo em que disciplina os mecanismos de cobrança dos títulos executivos extrajudiciais.

Com a adoção desta medida objetiva, a Administração Estadual, “evitar perdas consideráveis de receitas públicas, além de ratificar o comprometimento do interesse público do Estado de tornar efetivo o controle administrativo sobre determinados setores de atividades, exercidos por órgãos e entidades no exercício do poder de polícia administrativa”, conforme registra a Mensagem Governamental.

Nesse sentido, estabelece a proposição os procedimentos para inscrição dos referidos créditos na dívida ativa, a qual se dará através de sistema eletrônico e envolverá aqueles créditos constituídos mediante processo administrativo instaurado por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual – Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunais de Contas – quando não pagos no prazo fixado para recolhimento, cabendo à Procuradoria Geral do Estado proceder à inscrição, à cobrança administrativa e ao seu gerenciamento.

Disciplina ainda o projeto os atos preparatórios para inscrição em dívida ativa, devendo os créditos ser constituídos “mediante processo administrativo, com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, celeridade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, devido processo legal e ampla defesa, segurança jurídica, oficialidade, verdade material, gratuidade e, quando cabível, instrumentalidade das formas”, segundo dispõe o seu art. 5º.

Além disso, estabelece a proposição os procedimentos para inscrição do crédito na dívida ativa, o encaminhamento do extrato para cadastro informativo de proteção ao crédito, a divulgação na rede mundial de computadores da relação dos devedores e o respectivo montante, os acréscimos legais a que estão sujeitas as dívidas, os critérios de parcelamento e a destinação dos recursos e dos honorários advocatícios advindos da cobrança administrativa.

Trata-se, enfim, de medida de relevante interesse da Administração Pública, na medida em que vem tornar mais eficaz o combate à inadimplência de pessoas físicas ou jurídicas para com a Fazenda Estadual, ao tempo em que virá se constituir em reforço financeiro para a Administração e para o Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado, no que respeita os honorários advocatícios.

O projeto recebeu três emendas, sendo a nº 1 de autoria do Deputado Luciano Ribeiro e a de nº 2 do Deputado Hildécio Meireles e a nº 3 da Bancada da Oposição, as quais passo a analisar.

A emenda nº 1 pretende a supressão do art. 20 e a modificação do parágrafo único do art. 15, acrescentando ainda ao mesmo artigo os incisos I a III, de modo a alterar a destinação dos honorários advocatícios, que passariam a ser utilizados para o pagamento de honorários a advogados não pertencentes aos quadros da

Defensoria Pública do Estado e nomeados para defesa de parte beneficiária de assistência judicial gratuita (advogados dativos) em processo de natureza cível ou criminal. Opino pela rejeição, considerando que a emenda afronta o § 2º do art. 22 da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, cuja disposição consiste que “na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico”. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, no exercício de sua competência para interpretar a lei federal, firmou o entendimento de que a fixação desses honorários respeitará a tabela de honorários organizada pelo Conselho Seccional da OAB.

Quanto à alegação de falta de estrutura da Defensoria Pública para atender à sua função essencial de democratização da justiça pelo Estado da Bahia, destaca-se que a Defensoria possui diversas fontes de recursos financeiros destinados à manutenção e aperfeiçoamento da sua atividade, tais como créditos originários do Tesouro Estadual, 2% (dois por cento) do valor arrecadado em virtude da cobrança de taxas remuneratórias de serviços públicos notariais e registrais e honorários advocatícios sucumbenciais.

Diante da diversidade das fontes de recursos destinadas à Defensoria Pública e das condições voltadas à valorização institucional, não é razoável que se pretenda buscar, nos honorários advocatícios provenientes da cobrança da dívida ativa não tributária do Estado da Bahia, a remuneração de advogados dativos, que atuam excepcionalmente, substituindo o quadro de defensores públicos nas localidades em que a Defensoria ainda não está implantada.

Por todo o exposto e tendo em vista que a proposta atenta contra norma legal, a presente emenda não merece ser acatada.

A emenda nº 2 propõe a supressão do inciso I do art. 4º, que considera inadimplente o devedor que não efetuar o recolhimento no prazo previsto em lei, e altera os incisos II e III, que consideram a inadimplência na hipótese de revelia e após o transcurso do prazo para pagamento fixado na notificação de decisão administrativa irrecorrível. Para ambas as hipóteses é proposta a instauração de regular processo administrativo, na forma da Lei estadual nº 12.209/2011. A emenda propõe ainda a alteração do art. 6º, acrescenta o § 3º ao art. 10, prevendo indenização ao contribuinte prejudicado em razão de ilegalidade na inscrição na dívida ativa, acrescenta um artigo, vedando a penhora ou alienação de imóvel residencial que seja a única propriedade, altera o art. 14, excluindo a cobrança de honorários advocatícios sobre o crédito inscrito em dívida ativa, altera o art. 15, determinando que os honorários advocatícios sejam fixados pela autoridade judiciária competente e, por fim, suprime o art. 23, que altera o inciso V do art. 4º da Lei nº 12.209/2011. Opino pela rejeição da emenda. Em relação às alterações propostas nos arts. 4º e 6º, acrescentando a referência à Lei nº 12.209/2011, justifica o nobre parlamentar que visam conferir segurança jurídica aos contribuintes, na medida em que a falta de previsão do competente processo administrativo possibilitaria a prolusão de decisões administrativas que o dispensassem.”

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, por gentileza, gostaria de encarecer a V.Ex^a para solicitasse ao relator ler pausadamente a fim de podermos entender alguma coisa. Está parecendo transmissão de corrida de cavalo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defiro a sua questão de ordem.

Devagar, deputado, devagar, por favor.

O Sr. VÍTOR BONFIM:- (Lê):- *“Entretanto, cumpre esclarecer que o fato da Lei nº 12.209/11 disciplinar o processo administrativo no âmbito da Administração Pública não impede a edição de norma tratando de procedimentos específicos para determinada matéria, sendo aplicada a Lei nº 12.209/11 de forma subsidiária, conforme previsto no próprio § 2º do art. 1º da referida norma. Assim, as inclusões sugeridas são desnecessárias.*

O acréscimo do § 3º ao art. 10 da proposta legislativa, prevendo indenização ao contribuinte em caso de contatação de ilegalidade da inscrição em dívida ativa, é justificada pelo Deputado como forma de reparar o dano causado ao contribuinte, além de motivar a adoção de procedimentos mais rígidos e cautelosos de apuração dos créditos.

O dispositivo sugerido quer regular, portanto, em suas assertivas, os efeitos jurídicos e funcionais dos atos praticados pela administração pública, no exercício da atividade de cobrança do crédito não tributário.

É interesse da Administração Pública o controle de legalidade de seus próprios atos, o monitoramento destes, bem como a apuração, mesmo que a posteriori de atos supostamente eivados de ilegalidade. Não foi por outra razão, que o Estado da Bahia, em esforço contínuo em procedimentalizar seus atos, regulamentou, recentemente, a Lei 12.209/2011, cujo Capítulo IV, instituiu o Processo de Reparação de Danos, delimitado nas Seções I, II e III, as quais tratam, respectivamente da Apuração do Dano e Reparação de Danos ao Administrado e Reparação de Danos ao Erário (docs. no anexo).

Desse modo, a inclusão de indenização sancionatória pela prática de atos de ilegalidade praticados pela Administração já possui a previsão necessária na Lei 12.209/2011. Ad argumentandum, inexistisse a referida Lei de âmbito estadual,...”

O Sr. Zó:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zó.

O Sr. Zó:- Sr. Presidente, quero ouvir o relatório.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Vamos ouvir o relator. O deputado Zó tem razão.

O Sr. VÍTOR BONFIM:- (Lê):- (...) *ainda assim desnecessária seria a inclusão do referido dispositivo, porquanto a própria Carta Magna é sede originária do princípio da inafastabilidade da jurisdição. O Estado, ao apresentar-se como garantidor da paz social, avocou para si a solução monopolizadora dos conflitos intersubjetivos quando na presença de transgressão da ordem jurídica. Como consequência, dotou um de seus poderes, o Judiciário, da atribuição de solucionar*

conflitos mediante a aplicação do direito objetivo ao caso concreto. Portanto, a obrigação da Fazenda Pública indenizar o contribuinte prejudicado, exsurge da decisão última do Poder Judiciário, no exercício da sua plena função tutelar jurisdicional - desde que provocado – consagração da garantia constitucional do acesso à justiça do qual exsurge o corolário de que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito (art.5º, XXXV, da CF/88).

No tocante à inclusão do art. 13-A, por sua vez, contendo regra que veda a penhora ou a alienação do imóvel residencial de devedor e de sua família, quando esta for sua única propriedade, o ilustre parlamentar argumenta que visa preservar o princípio da dignidade da pessoa humana, além de trazer regramento idêntico ao já disciplinado pelo Código Tributário Estadual, em relação aos créditos tributários.

O aditivo encontra-se simploriamente justificado como modo de preservação do único bem imóvel do devedor, bem como sob alegação da existência de semelhante dispositivo para o procedimento de inscrição em dívida ativa tributária, contido no art. 117 do Código Tributário Estadual (Lei nº 3956/1981).

Também aqui se revela a operosidade da desnecessária criação legislativa, visto que desde a década de 90, foi instituída a impenhorabilidade legal do bem de família, portanto posteriormente ao COTEB, tornado inócuo o art.117 do COTEB alhures citado. Assim a impenhorabilidade legal do bem de família prevista no art. 1º da Lei 8.009/1990, oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, reza:

"Art. 1º - O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei."

O legislador pátrio trouxe assim, por intermédio da referida Lei 8.009/90, proteção ao devedor e, conseqüentemente, à sua família, inspirado fundamentalmente no princípio da dignidade da pessoa humana, instituído por cláusula pétrea em nossa Constituição Federal. Assim o fez como impenhorabilidade absoluta, sem condições de avaliação da origem dolosa do débito, da preexistência de propriedade ao débito ou limitação de valor venal do imóvel, a exemplo do que sugere a emenda. Não pode, por conseguinte, se conceber que uma emenda aditiva venha reduzir garantia constitucional, já consolidada em lei federal.

Nessa toada resulta de clareza meridiana a tentativa inútil de acrescentar, ao texto do PL sub análise, disposições já encontradas no sistema normativo vigente, aspecto dos mais comuns na atualidade, gerador de antinomias normativas que assacam a função legiferante. Por outro lado, as duas emendas aditivas propostas não podem ser admitidas pela ausência de pertinência temática com o objeto do projeto de lei proposto.

Contudo, é preciso atentar para o fato de que o projeto de lei em análise não versa sobre a fase judicial da cobrança dos créditos não tributários, sendo esta fase regida pela Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 - Lei de Execução

Fiscal. Neste contexto, considerando que a proposta disciplina tão somente a fase administrativa, a inclusão deste dispositivo torna-se desnecessária.

Por fim, de acordo com o parlamentar, a previsão contida no art. 23 de cobrança de emolumentos destinados à retirada de cópias pelos cidadãos, viola o princípio da gratuidade, constante no art. 5º da proposta legislativa como um dos princípios norteadores do processo administrativo que constitui o crédito não tributário.

Ocorre que, diferentemente do apontado pelo nobre parlamentar, o conteúdo do art. 23 não afronta o princípio da gratuidade insculpido no art. 5º da proposição, considerando que diz respeito à ampliação de garantias do administrado.

A emenda nº 3 propõe a supressão dos arts. 15 e 20 da proposição, que estabelecem, respectivamente, percentuais do valor atualizado da dívida aplicáveis a título de honorários advocatícios (10% antes da inscrição e 20% uma vez efetivada esta), e a destinação dos honorários referentes a créditos não tributáveis da Administração Direta ao Fundo de Modernização da PGE. Opino também pela rejeição, ante as razões a seguir expostas.

De início, a afirmativa, na justificativa da emenda, de que a cobrança de honorários advocatícios já incidirá mesmo antes da inscrição na dívida ativa não encontra reflexo na prática já consolidada neste Estado no curso da cobrança da dívida ativa tributária e não espelha o objetivo do dispositivo de lei atacado. O art. 15 do Projeto de Lei pretende, em verdade, a fixação de honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento) do total do débito no momento da inscrição em dívida, oportunidade na qual é iniciada a diligência pela cobrança extrajudicial do crédito definitivamente constituído a favor do Estado da Bahia. Não se trata de remunerar a atividade da inscrição em dívida e nem da expedição da sua correlata certidão, o objetivo é a recomposição, em razão dos esforços de cobrança administrativa da dívida ativa do Estado ainda não judicializada.

No tocante à discussão acerca da destinação da cobrança do valor cobrado a título de honorários advocatícios, precedentes firmados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, desde 1998 (Resp. nº 154761/MG), consolidaram o entendimento de que o encargo legal incidente sobre o saldo devedor constituído em favor dos entes federativos na forma de honorários advocatícios não possui natureza jurídica exclusiva de remuneração pelo serviço advocatício prestado em juízo pelos advogados públicos.

Neste sentido, a verba passou a ser considerado também como espécie de remuneração das despesas com os atos preparatórios para a propositura da Execução, sobretudo da cobrança administrativa. Sendo assim, por sua natureza jurídica mista, é legítima a destinação desta verba ao Fundo de Modernização do órgão de representação estatal responsável por promover a cobrança ostensiva e o direcionamento vinculado desta verba em nada afronta ao disposto no art. 22, XVI, CF/1988 ou mesmo no art. 22 do Estatuto da Ordem dos Advogados.

Trata-se de um encargo legal devido pelos esforços de cobrança e aperfeiçoamento de rotinas de cobrança empreendidos em virtude da inércia do

devedor omissa em realizar o pagamento oportuno do débito constituído perante o Estado da Bahia, o que autoriza que a receita resultante possa ter uma destinação diversa daquela reservada para o débito principal cobrado.

Por todo o exposto, a presente emenda não merece ser acatada.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2015.

Deputado Vítor Bonfim

Relator”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Gostaria de pedir vistas do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de deferir vistas a V.Ex^a, gostaria de fazer um apelo aos deputados da Oposição, aos deputados Sandro Régis e Zé Neto. Foi aprovado pela Mesa Diretora um projeto de resolução disciplinando os títulos de cidadão e as medalhas. Antes de conceder vistas a V.Ex^a, e só posso por acordo, gostaria de votar esse projeto de resolução agora, que a Mesa Diretora já aprovou. Projeto de Resolução nº 2.381/2015, procedente da Mesa Diretora.

Amanhã, por um equívoco foi marcada a entrega de medalha pós-morte a Fernando Santana, um dos homens mais respeitados da política da Bahia. Podemos até modificar o projeto, mas foi aprovado à unanimidade na Mesa Diretora. Vou ler o projeto para V.Ex^{as}.

(O Sr. Alan Sanches fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi marcado por um equívoco. O deputado Adolfo Viana fez uma ponderação corretamente, invocando o regimento, e eu tive de deferir a questão de ordem dele.

O projeto de resolução diz que cada deputado poderá propor a concessão de três títulos honoríficos de cidadão baiano, por legislatura; cada deputado poderá propor uma comenda Dois de Julho por sessão legislativa, ou seja, uma por ano para cada deputado. Ao membro da Mesa Diretora é deferida a proposição de mais uma comenda, até para equacionar os problemas que existem.

Ouvi a Mesa Diretora, coloquei em votação, foi aprovada à unanimidade, e eu gostaria de colocar em votação. Se aprovarmos, gostaria de votar o projeto do Dr. Fernando Santana.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Acho que o Dr. Fernando Santana merece a comenda Dois

de Julho. Me parece que o deputado Joseildo Ramos, que a propôs, ainda não entregou Medalhas Dois de Julho.

Acho que podemos, por acordo, encontrar uma forma de contemplar quem merece, como o Dr. Fernando. Mas acho que uma comenda Dois de Julho por ano para cada deputado é muito. São duas por ano no Parlamento inteiro.

Acho que podemos chamar para uma por legislatura.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Coloco em votação agora.

O Sr. Adolfo Viana:- Por um motivo simples, presidente. Existem outras honrarias que a Casa pode oferecer. A comenda Dois de Julho é a maior honraria da Casa. Nós não podemos ficar concedendo, todo ano, 63 comendas, número exagerado que vai diminuir a honraria.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A Mesa Diretora aprovou minha proposta de quatro por legislatura. O deputado Adolfo Viana está propondo duas por legislatura para cada deputado. É isso?

O Sr. Adolfo Viana:- Não, Sr. Presidente. Hoje são oito por legislatura. Estou propondo uma por parlamentar por legislatura, que vai ampliar para 63. São quase oito vezes mais.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A proposta do deputado Adolfo Viana é que seja uma por legislatura, ou seja, de quatro em quatro anos a pessoa pode apresentar uma comenda.

A proposta da Mesa são quatro por legislatura.

Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, a minha proposta, com apoio de alguns deputados do PT, vai ao encontro da proposta do deputado Adolfo Viana, até porque se trata da maior homenagem feita a personalidades, e também para valorizar essa comenda. Então proponho uma por legislatura.

A Sra. Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Paulo Rangel concorda com o deputado Adolfo Viana! Eu vou colocar em votação.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, nós temos uma outra honraria que, igualmente à Comenda Dois de Julho, é de suma importância. Eu quero propor que a gente... Ouvimos a proposta da Mesa Diretora, e ninguém pretende, aqui, banalizar, mas é verdade também que já foram aprovadas algumas comendas para este mês. Portanto, seria injusto aquelas que foram propostas, a exemplo da proposta do deputado Joseildo Ramos, que é justa, e da minha proposta, que concede a comenda ao ex-ministro Jorge Hage... Eu queria propor...

O Sr. Paulo Rangel:- O que foi aprovado não retroage, deputada.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Não estou falando de retroagir, deputado!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, deixe ela falar.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Deputado, no mesmo dia em que o deputado Adolfo Viana apresentou a sua questão de ordem, que foi justa, nós aprovamos duas medalhas naquele dia, quando haviam outras a serem aprovadas. Me parece injusto! Não podemos ter dois pesos e duas medidas. Foi aprovada, se não me engano, a comenda do deputado Nestor Duarte, não me lembro a outra, e haviam sobre a mesa sessões marcadas. O que eu estou dizendo é isso. Agora, eu concordo... A minha sugestão...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

A Sr^a Fabíola Mansur:- Eu estou sugerindo, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ela tem o direito de falar.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Eu estou na minha questão de ordem, e eu poderia, inclusive, já que a Mesa Diretora colocou quatro... Eu acho que quatro é razoável por legislatura, mas eu quero que a Mesa Diretora esclareça se essas quatro vão...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O que passou, passou! Vamos contabilizar a partir de agora.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, mas eu quero saber o que vai acontecer com aqueles que iriam ser votados...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada, primeiro vamos votar o projeto.

A Sr^a Fabíola Mansur:- A minha sugestão é que incluam a Medalha João Mangabeira, porque eu acho que é...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, a Medalha João Mangabeira não vai modificar...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, questão de ordem.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Eu estou sugerindo cinco por legislatura, ou seja, seriam, em dois anos, três títulos, uma Comenda Dois de Julho e uma Medalha João Mangabeira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já foi acordado que seriam três títulos, ninguém questionou.

Questão de ordem, deputado Sidelvan Nóbrega.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, ainda não terminou a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada, faça a sua sugestão, querida.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Eu estou sugerindo, ao invés de quatro, cinco. Seriam três títulos, uma Comenda Dois de Julho e uma Medalha João Mangabeira. São cinco!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Cinco, não! Deputada Fabíola Mansur, V.Ex^a está propondo uma Comenda Dois de Julho, igual ao deputado Adolfo Viana. Os títulos não estão em discussão, porque ninguém discordou.

A Sr^a Fabíola Mansur:- A minha sugestão inclui a Medalha João Mangabeira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nós não colocamos a Medalha João Mangabeira.

O Sr. Fabrício Falcão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Fabrício Falcão:- Eu concordo com a decisão da Mesa, que é razoável. Acho que o que poderíamos fazer para que um título não tenha valor ou respeito seria concedê-lo a pessoas que não tenham nenhum valor para isso, mas isso é decidido com o voto dos deputados.

Clamo que os colegas votem na decisão da Mesa, que foi amplamente discutida e aprovada pelo conjunto da Mesa Diretora. Todos os deputados da Mesa Diretora votaram a favor, e eu acho que seria razoável cada deputado apresentar um projeto por ano. Teríamos total condição para isso, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Fabrício Falcão propõe a aprovação da proposta da Mesa Diretora.

Questão de ordem, deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, a minha proposta é que aprovemos pelo menos duas Comendas Dois de Julho por legislatura, que é durante os quatro anos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a vai propor diferente do que fez na Mesa Diretora? V.Ex^a votou de um jeito na Mesa Diretora, mas pode até modificar. Tudo bem!

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, já que V.Ex^a está colocando em votação e houve um questionamento para equacionar isso, podemos colocar duas propostas, porque eu acho que é o que a maioria dos deputados prefere que seja.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A Mesa Diretora propôs quatro por legislatura, os deputados Adolfo Viana e Paulo Rangel propuseram uma por legislatura e o deputado Sidelvan Nóbrega, o qual tem todo o direito de modificar o seu posicionamento, sugeriu duas por legislatura.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o deputado Adolfo Viana fez um levantamento aqui, e eu acho que temos de buscar um consenso. Na condição de Líder da Oposição, eu acredito que quatro comendas também está exagerado. Então, quero dizer a V.Ex^a que eu acho justa a questão da Comenda Dois de Julho de amanhã, a qual será concedida ao deputado Fernando Santana. Acredito que a Casa tem de fazer esse gesto, mas eu não assinarei dispensa de formalidade para votarmos amanhã nessa condição de quatro Comendas Dois de Julho por deputado a cada mandato.

Acredito que temos de buscar um consenso...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há dispensa de formalidade, pois a Mesa Diretora já aprovou. Já vem direito para o Plenário.

O Sr. Sandro Régis:- Para votar o título amanhã, não!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O título de amanhã só pode ser por

acordo.

O Sr. Sandro Régis:- Pois é! Estou dizendo a V.Ex^a que nós não vamos nos opor ao título de amanhã, mas também gostaríamos que V.Ex^a fizesse o compromisso...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu só posso por acordo.

O Sr. Sandro Régis:- No meu entender quatro está demais! O deputado Adolfo Viana também está de acordo. Eu acho que já temos Título de Cidadão, já temos a Comenda Octávio Mangabeira. Sinto que o sentimento da Casa é por uma comenda por legislatura e duas para quem está na Mesa, como V.Ex^a propôs.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou colocar em votação.

O Sr. Aderbal Fuco Caldas:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem sobre esse assunto mais não. O deputado Aderbal é o último.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Como nós já aprovamos uma por ano, acho que está razoável. Quem achar que é muito, não apresenta.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou colocar em votação. É um assunto interno da Casa e vou colocar em votação.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Alex Lima. Depois, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, só para tentar ajudar, ficando no campo da sugestão, temos que parabenizar V.Ex^a pela iniciativa de fazer esta discussão na Casa. Acho que seria bom que se apresentasse duas comendas por legislatura, ou seja, o deputado poderia indicar um homenageado por ano. Pelo seguinte, existem deputados que vão passar apenas um período nesta Casa, porque nem todo mundo consegue três, quatro mandatos aqui. Acho que é legítimo para o parlamentar que passar por esta Casa identificar aquelas pessoas que, segundo a ótica dele, merecem receber a medalha. Então, faço esse apelo, principalmente para beneficiar os mais novos, os deputados de primeiro mandato, porque muita gente já foi homenageada no passado. Há deputados aqui que já ofertaram essas medalhas. Acho que é um pouco injusto com os que estão chegando.

Fica a minha contribuição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Carlos Geilson, último orador sobre esse assunto.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, pelo que foi proposto na Mesa seriam quatro comendas ao longo da legislatura. Eu gostaria de que V.Ex^a esclarecesse, sendo quatro comendas ao longo da legislatura, se elas são cumulativas ou se perde para o ano seguinte se o parlamentar deixar de apresentar no primeiro ano, no segundo e no terceiro e o fizer no quarto ano da legislatura?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São quatro por legislatura. Se no primeiro ano ele não fizer nenhuma, ele tem direito de nos 3 anos seguintes apresentar as quatro. É acumulado. Se quiser deixar para o último ano as quatro, deixa, não tem problema.

O Sr. Carlos Geilson:- Eu me posiciono contra, porque a minha ideia é que se passar o ano e ele não apresentar, já perdeu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem. Vou colocar em votação.

Vou colocar em votação. O deputado Carlos Geilson tem razão, a proposta da Mesa é de uma por ano. Se no primeiro ano ele não apresentou aquela, ele perdeu. Se ele apresentar apenas no último ano, é só uma.

O que a Mesa diz é isso, a proposta da Mesa foi essa. Pode até não estar bem redigida, – vou até mandar o jurídico ver – são quatro por legislatura, ou seja, uma por ano, sem acumular. Vou colocar primeiro essa em votação.

A proposta da Mesa, deputados, é que seja quatro por legislatura, não acumulando, se no primeiro ano não apresentar, perdeu aquele ano.

(Falam fora do microfone.)

Está bem, vou colocar as duas.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Só para saber, legislatura entende-se pelos quatro anos de mandato ou o período legislativo que é a cada dois anos? Porque está tendo essa dúvida.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O período legislativo são quatro anos.

Deputado Adolfo Viana e deputado Sidelvan, vai ter o segundo turno, tem que ter a maioria absoluta da Casa. São três propostas, primeiro a da Mesa. Deputado Carlos Geilson e a Mesa, foi até uma proposta do presidente, foi aprovada por unanimidade que seriam quatro por legislatura, não acumulativa, ou seja, se no primeiro ano não apresentou, no segundo não acumula. O deputado Adolfo Viana propõe uma por legislatura e o deputado Sidelvan, duas. Está certo? Quem concorda com a Mesa permaneça como se encontram.

Vou fazer nominal, no painel não, farei nominal aqui.

Srs. Deputados, Aderbal Fulco Caldas votou com a proposta da Mesa; deputado Adolfo Menezes vota com a proposta de Adolfo Viana, deputado Adolfo Viana com V.Ex^a mesmo; deputado Alan Castro com a proposta da Mesa; deputado Alan Sanches com Adolfo Viana; deputado Alex Piatã com Adolfo Viana; deputado Alex Lima com a Mesa; deputada Ângela Sousa com a Mesa; deputado Ângelo Coronel com a Mesa; deputado Antônio Henrique Júnior; deputado Augusto Castro; deputado Bira Coroa com a Mesa; deputado Bobô com a Mesa; deputado Carlos Geilson com a Mesa; deputado Carlos Ubaldino; deputado David Rios; deputado Eduardo Salles; deputado Euclides Fernandes.

Deixe eu explicar a V.Ex^{as}: a proposta da Mesa, que foi aprovada por unanimidade, é que sejam quatro medalhas por legislatura. Deputado Adolfo Viana e deputado Paulo Rangel querem uma em cada quatro anos. Ou se aprova quatro por legislatura ou duas ou uma. V.Ex^a prefere o quê?

O Sr. Euclides Fernandes fica com a Mesa

Fábio Souto; Fabíola Mansur com a Mesa, Fabrício Falcão com a Mesa; deputada Fátima Nunes; deputado Gika: com Sidelvan;

Deputado Herzem Gusmão: Mesa.

Deputado Hildécio Meireles: (ausente)

Deputada Ivana Bastos: (ausente)

Deputado Jânio Natal: Mesa

Deputado José de Arimatéia: (ausente)

Deputado Joseildo Ramos: Uma por ano.

Deputado Jurandy Oliveira: Adolfo

Deputado Leur Lomanto Júnior: (ausente)

Deputado Luciano Ribeiro: Adolfo

O Sr. Carlos Geilson:- Presidente, Joseildo votou uma por ano. Uma por ano é voto com a Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Uma por ano? Ou quatro? Com Adolfo Viana.

Deputado Luciano Simões Filho: Adolfo

Deputado Luiz Augusto Moraes: duas, Sidelvan Nóbrega.

Deputada Luiza Maia: (abstenção)

Deputado Manassés: Mesa

Deputado Marcelino Galo: (ausente)

Deputado Marcel Moraes: (ausente)

Deputado Marcelo Nilo: Só se empatar.

Deputado Maria del Carmem: Mesa

Deputado Marquinho Viana: (ausente)

Deputado Nelson Leal: Mesa

Deputada Neusa Cadore: (ausente)

Deputado Pablo Barrozo: Sr. Presidente, sou favorável a que permaneça como está. Como vejo que perderia a votação, a minha proposta é a que mais se assemelha com a de Adolfo. Vou acompanhar Adolfo.

Deputado Pastor Sargento Isidório: Mesa.

Deputado Paulo Rangel: Com Adolfo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estou colocando Adolfo, mas a proposta na realidade é de V.Ex^a, também.

Deputado Pedro Tavares: (ausente)

Deputado Reinaldo Braga: Adolfo.

Deputado Robério Oliveira: (ausente)

Deputado Roberto Carlos: (ausente)

Deputado Robinho: (ausente)

Deputado Rogério Andrade: (ausente)

Deputado Rosemberg Pinto: (ausente)

Deputado Sandro Régis: Adolfo e Paulo.

Deputado Sidelvan Nóbrega: Com Sidelvan mesmo.

Deputado Soldado Prisco: Adolfo.

Deputado Targino Machado: (ausente)

Deputado Tom Araújo: Mesa.

Deputado Vando: Adolfo.

Deputado Vítor Bonfim: Adolfo.

Deputado Zé Neto: (abstenção).

Deputado Zé Raimundo: Sidelvan.

Deputado Zó: Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vai ter que ser maioria absoluta, senão terá segundo turno.

(Contagem dos votos.)

(Confusão no Plenário.)

(Vários deputados discutem e pedem questões de ordem ao mesmo tempo.)

A Srª Fabíola Mansur:- Questão de ordem. Já acabou a votação!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A votação já estava encerrada. Colocarei para o Plenário decidir.

A Srª Fabíola Mansur:- Questão de ordem na contagem de votos, Sr. Presidente?! A votação já estava encerrada. Não se pode mais votar, Sr. Presidente! Já está no escrutínio. Não pode, presidente! Não pode!

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação. Resultado...

Pois não. Vou ouvir V.Exª.

O Sr. Sandro Régis:- Eu pedi primeiro, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem será rápida.

Os deputados não tiveram uma tolerância para se dirigirem ao Plenário, como sempre é feito nesta Casa. Eu vou aceitar a decisão da maioria, mas nós vamos pegar a maior honraria desta Casa e tirar todo o crédito que ela tem. Iremos desmoralizar a maior honraria do Legislativo baiano!

A Srª Fabíola Mansur:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- De jeito nenhum! Não! Não! V.Exª tem de reconhecer que a sua proposta não foi maioria.

Resultado: Mesa, 21 votos. Proposta do deputado Adolfo, 17. E a do deputado Sidelvan, três.

Portanto, a opção da Mesa Diretora teve maioria absoluta. (Palmas!) Ela tem que ser respeitada. Está decidido e aprovado. Mande-se publicar. Eu faço a democracia prevalecer, certo? A gente tem de respeitar a maioria. Agora, quando eu já estava declarando o resultado, chega alguém pra votar?! Aí, não. Aqui a democracia prevalece.

(Alguns deputados argumentam que tem de ser a maioria absoluta de todos os Srs. Deputados eleitos.)

A Srª Fabíola Mansur:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É a maioria dos Srs. Deputados presentes.

(Alguns deputados continuam argumentando que tem de ser a maioria absoluta

dos deputados da Casa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, (Lê):- “*ART. 158 - As deliberações, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria simples de voto, com a presença da maioria absoluta da Assembleia.*” É maioria dos presentes. Não posso modificar o Regimento Interno. Deputado Adolfo, o RI está aqui. É o Art. 158.

(O Sr. Presidente revisa a contagem dos votos.)

Só foram três: deputados Luiz Augusto, Sidelvan e Gika.

Aliás, errei na contagem. Reconheço que errei e volto atrás. Foram quatro votos. Vai ter segundo turno. Peço vênica a V.Ex^a.

Só estes poderão votar. Aliás, no segundo turno se pode votar.

(Vários deputados solicitam questões de ordem ao mesmo tempo.)

A Sr^a Fabíola Mansur:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, pelo amor de Deus! Deputado, uma bobagem dessas! V.Ex^a...

Pela ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, quero pedir ao deputado Adolfo para não dizer que quem aprova um número maior de medalhas está banalizando o título. O que banaliza é a indicação de quem não o merece.

Gostaria que esta Casa pudesse debater assuntos mais importantes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputada. Está resolvido. Vamos para o voto.

Deputado Paulo Rangel, por favor. Deputada, não posso tapar a boca dos Srs. Deputados. Mas faço um apelo! Não é possível!

A Sr^a Fabíola Mansur:- Eu estou na minha questão de ordem, presidente!

Sr. Presidente, quero que esta Assembleia priorize as matérias importantes que estão para ser votadas e não geram esta polêmica. Fico triste, porque a polêmica e o debate surgem em torno de um assunto menos importante do que os projetos que estão tramitando aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada...

A Sr^a Fabíola Mansur:- Estou na minha questão de ordem e quero colocar isto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas ninguém está ouvindo. Não posso tapar a boca dos Srs. Deputados.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, a banalização não é a possibilidade de termos a indicação e, sim, quem nós indicamos. Acho que a Mesa Diretora debateu isso. Foram ouvidas, democraticamente, as propostas. Acho que tem de se escolher criteriosamente quem merece a maior honraria baiana.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputada.

Observem, a única dúvida que tenho é só votar, agora, com os votos dos deputados que estavam na primeira votação.

(Vários Srs. Deputados falam, ao mesmo tempo, fora dos microfones.)

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Vários Srs. Deputados falam, ao mesmo tempo, fora dos microfones.)

(Vários Srs. Deputados pedem, ao mesmo tempo, questão de ordem.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, faço um apelo. Não vou conceder questão de ordem assim. Existem 6 deputados pedindo questão de ordem!

Questão de ordem do deputado Sidelvan.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para dizer a V.Ex^a que eu não estava contra a Mesa, mas, apenas, queria criar uma situação de equilíbrio da votação. Mas quero dizer que nós vamos votar com a Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos botar em votação agora.

Peço licença a V.Ex^a.

Em votação.

São duas as propostas: a da Mesa e a do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Queria que V.Ex^a fizesse a proposta da seguinte maneira: ou vota 1 medalha ou 4 medalhas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. A proposta é da Mesa. A proposta de V.Ex^a trata-se de uma emenda. Eu não posso ser diferente.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, leia, por favor, a proposta da Mesa e as propostas de Adolfo Viana e Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu já falei as duas propostas. Aqui não tem questão política. Vou falar novamente.

Srs. Deputados, eu faço um apelo para manter o silêncio e o equilíbrio.

(Vários Srs. Deputados falam, ao mesmo tempo, fora dos microfones.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos votar, novamente, em segundo turno.

As propostas são as seguintes: a proposta dos deputados Adolfo Viana e Paulo Rangel é a entrega de 1 medalha em cada legislatura e a proposta da Mesa é a entrega de 4 medalhas por legislatura.

Em votação as duas propostas.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como votam os seguintes deputados?

Deputado Aderbal Caldas; Mesa.

Deputado Adolfo Menezes; uma.

Deputado Adolfo Viana; uma.

Deputado Alan Castro; Mesa.

Deputado Alan Sanches; com a proposta de Adolfo Viana.

Deputado Alex da Piatã; uma.

Deputado Alex Lima; Mesa.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

(O Sr. Pablo Barrozo fala à Mesa fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Pablo, eu faço um apelo!

Deputado Sidelvan, pelo amor de Deus, faço um apelo! Não é possível!

Deputada Ângela Sousa; Mesa.

Deputado Ângelo Coronel...

O deputado Ângelo Coronel está ausente e ele tem direito de votar até o encerramento desta votação, até porque ele votou na primeira votação.

(O Sr. Ângelo Coronel adentra ao Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Ângelo Coronel, V.Ex^a vota com a Mesa ou com a proposta do deputado Adolfo Viana?

O Sr. Ângelo Coronel:- Voto com a Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antônio Henrique Júnior. (Pausa) O deputado Antônio Henrique Júnior está ausente.

O deputado Augusto Castro está ausente.

Deputado Bira Corôa...

O deputado Bira Corôa está ausente.

Eu aguardo até o final desta votação, pois não haverá segunda chamada.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou fazer o seguinte, ou seja, para ser democrático, eu vou chamar cada deputado por duas vezes para todo mundo.

Deputado Bobô; Mesa.

Deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Mantenho a coerência da decisão da Mesa, pois permaneço com o meu voto: Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Carlos Geilson vota com a Mesa.

(O Sr. Bira Corôa adentra ao Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Bira, V.Ex^a vota com a proposta da Mesa ou com a proposta do deputado Adolfo? Porque está tendo o segundo turno. V.Ex^a votou com a Mesa. Mantém o voto?

O Sr. Bira Corôa:- Voto com a Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Bira Corôa vota com a Mesa.

Deputado Carlos Ubaldino; Mesa.

Aqui é democracia!

Deputado David Rios; com a proposta de Adolfo Viana e Paulo Rangel.

Tem, até, fiscal de votação aqui agora. (Risos.)

O deputado Eduardo Salles...

Deputado Euclides Fernandes; Mesa.

O deputado Fábio Souto está ausente.

Deputada Fabíola Mansur; Mesa.

Deputado Fabrício Falcão; Mesa.

A deputada Fátima Nunes está ausente.

Deputado Gika; Mesa.

Deputado Herzem Gusmão; Mesa.

Como vota o deputado Hildécio Meireles?

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, eu voto com a Mesa. Mas quero observar a V.Ex^a o seguinte, ou seja, o que nós temos de ter é rigor na escolha dos candidatos à honraria. A minha proposta é uma vez por ano, não cumulativa e com rigor na escolha.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Hildécio Meireles vota com a Mesa, mas quero observar que temos que ter é rigor nas escolhas. Uma vez por ano, não cumulativa, e com rigor na escolha. Esse é meu voto. Mesa.

Deputada Ivana Bastos: (ausente)

Deputado Jânio Natal: (ausente)

Deputado José De Arimatéia: Mesa

Deputado Joseildo Ramos: Adolfo

Deputado Jurandy Oliveira: Adolfo

Deputado Leur Lomanto Junior: (ausente)

Deputado Luciano Ribeiro: Adolfo

Deputado Luciano Simões Filho: Adolfo

Deputado Luiz Augusto Moraes: Adolfo

Deputada Luiza Maia: (ausente)

Deputado Manassés: Mesa

Deputado Marcelino Galo: (ausente)

Deputado Marcel Moraes: (ausente)

Deputado Marcelo Nilo (Não vota)

Deputado Maria del Carmem: Mesa

Deputado Marquinho Viana: (ausente)

Deputado Nelson Leal: Mesa

Deputada Neusa Cadore: (ausente)

Deputado Pablo Barrozo: Sr. Presidente, vou aproveitar a oportunidade de falar do meu voto, porque fiz uma questão de ordem e não fui atendido, eu só queria chamar a atenção dos colegas parlamentares que estaremos a aumentar de oito por legislatura para 252 medalhas. Se essas 252 forem propostas, eu me comprometo... Eu não quero apresentar nenhuma das quatro, que seria o meu direito. A Medalha Dois de Julho vai passar a não valer nada. E gostaria de chamar a atenção, porque V.Ex^a faz parte da Mesa, e eu o respeito muito na condução do processo, mas como parte interessada, achava melhor, correto, que fosse outra pessoa a presidir esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu discordo de V.Ex^a, porque ninguém estava analisando porque aqui era indeterminado, agora estamos limitando.

O Sr. Pablo Barrozo: - O Regimento fala em duas...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, eram duas no Regimento, mas desde o descobrimento do Brasil que ninguém cumpriu o Regimento.

O Sr. Pablo Barrozo: Eram duas? Ah, se não obedece a ordem, tudo bem, mas eram duas. Meu voto é com Adolfo.

Deputado Pastor Sargento Isidório: Votarei com a Mesa.

Deputado Paulo Rangel: Com Paulo Rangel e com Adolfo.

Deputado Pedro Tavares: (ausente)
Deputado Reinaldo Braga : Adolfo.
Deputado Robério Oliveira: (ausente)
Deputado Roberto Carlos: (ausente)
Deputado Robinho:- Adolfo
Deputado Rogério Andrade: (ausente)
Deputado Rosemberg Pinto: (ausente)
Deputado Sandro Régis: Adolfo

Deputado Sidelvan Nóbrega: Sr. Presidente, votarei com a Mesa e quero discordar do nobre companheiro Pablo, porque eu estou nesta Casa há cinco anos e não indiquei nenhuma medalha ainda. Quando V.Ex^a coloca essa proposta está regulamentando e moralizando esta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado.

Deputado Soldado Prisco: Adolfo.
Deputado Targino Machado:- (ausente)
Deputado Tom Araújo: Mesa.
Deputado Vando: Adolfo.
Deputado Vítor Bonfim: Adolfo.
Deputado Zé Neto: Me abstenho.

Deputado Zé Raimundo: Sr. Presidente, eu lembraria aqui aos colegas que uma comenda tem um sentido simbólico, afetivo, da memória, e o Parlamento precisa estabelecer essas relações com a sociedade no plano simbólico. Por isso eu voto com a Mesa, Sr. Presidente.

Deputado Zó: Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou chamar mais uma vez:

Deputado Antônio Henrique Júnior: (ausente)
Deputado Augusto Castro: (ausente)
Deputado Eduardo Salles: (ausente)
Deputado Fábio Souto: (ausente)
Deputada Fátima Nunes: (ausente)
Deputada Ivana Bastos: (ausente)
Deputado Jânio Natal: (ausente)
Deputado Leur Lomanto Junior: (ausente)
Deputada Luiza Maia: (ausente)
Deputado Marcelino Galo: (ausente)
Deputado Marcel Moraes: (ausente)
Deputado Marquinhos Viana: (ausente)
Deputada Neusa Cadore: (ausente)
Deputado Pedro Tavares: (ausente)
Deputado Robério Oliveira: (ausente)
Deputado Roberto Carlos: (ausente)
Deputado Robinho: (ausente)
Deputado Rogério Andrade.

Deputado Rosemberg Pinto.

Encerrada a votação.

Proposta da Mesa: 24 votos.

Proposta do deputado Adolfo Viana e do deputado Paulo Rangel: 18 votos.

Resultado: 24 a 18. Foi aprovada a proposta da Mesa. Projeto de Resolução nº 2.381/2015, procedente da Mesa Diretora. **(Publicado no DL em 02/10/2015)**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de conceder o pedido de vista, quero pedir ao deputado Sandro Régis e ao deputado Zé Neto que votemos a Comenda Dois de Julho para Fernando Santana, que será entregue amanhã - Projeto de Resolução nº 2.374/2015, de autoria do deputado Joseildo Ramos.

Conceder a Comenda Dois de Julho ao ex-deputado baiano Fernando Santana pelos serviços prestados à comunidade baiana em prol do desenvolvimento político e social.

Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria, pela Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, passo a relatar o parecer ao Projeto de Resolução nº 2.374/2015, que Concede a Comenda Dois de Julho ao ex-deputado baiano Fernando Santana.

Sr. Presidente, antes de relatar o Projeto, quero dizer que me sinto muito orgulhoso. Quero parabenizar o deputado Joseildo pela iniciativa, pois estamos, neste momento, homenageando um dos baianos que desenvolveram um dos melhores trabalhos, um dos trabalhos mais reconhecidos, na Câmara Federal, além de ter sido um grande militante em defesa da democracia em nosso País. E vale aqui ressaltar, uma das grandes lideranças da campanha *O Petróleo é Nosso*, engenheiro, pessoa de capacidade técnica reconhecida, e por isso me orgulho muito de fazer esse relato. Essa, sim, é uma comenda que será entregue com bastante justiça.

Então, Sr. Presidente:

A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia decreta:

Art.1º - Conceder a Comenda Dois de Julho ao ex-deputado baiano Fernando Santana, in memoriam, pelos serviços prestados à comunidade baiana, em prol do desenvolvimento político e social.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2015

Deputado Joseildo Ramos

JUSTIFICATIVA

Natural de Irará, interior do Estado da Bahia, o ex-deputado Fernando Sant'Anna foi referência na formação de uma geração de políticos da esquerda baiana.

Teve sua vida política pautada nas causas nobres, humanas e sociais, o que lhe rendeu o título de cidadão benemérito da liberdade e da justiça social João Mangabeira. Conhecido como um humanista nato, combateu a ditadura e tornou-se referência na luta pela liberdade e democracia do nosso país.

Formado em engenharia, o ex-deputado foi uma figura singular que escreveu uma belíssima história como estudante, engenheiro e parlamentar. Tornou-se engenheiro-chefe do Segundo Distrito da Aeronáutica (Bahia e Sergipe), em 1945, sendo logo depois chamado a trabalhar como assessor direto do educador Anísio Teixeira, no governo de Octávio Mangabeira, como engenheiro-chefe encarregado da "Planificação e Construção de Escolas Públicas".

Adentrou na política, elegendo-se deputado federal, até a eclosão da ditadura, no ano de 1964. Após a Anistia retomou sua carreira parlamentar, elegendo-se nos pleitos da legislatura federal de 1983-1987 e para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

No ano de 1988 foi considerado um dos mais ativos constituintes, integrando a Comissão da Ordem Econômica da Constituinte, e 2º Presidente da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, integrante da então chamada Frente Parlamentar Nacionalista, onde coordenou a campanha nacional "O Petróleo é Nosso", em defesa da propriedade do subsolo pelo estado brasileiro.

Com o fim do bloco soviético, e extinção do PCB, tornou-se presidente de honra do Partido Popular Socialista.

Deste modo, resta evidenciado que o presente Projeto de Resolução atende as exigências legais imposta pela legislação pertinente e segue acompanhado de todas as informações necessárias para sua aprovação."

Antes de encerrar, deputado Joseildo, quero colocar que tenho prazer em relatar hoje o projeto de entrega da Comenda Dois de Julho a um homem que trabalhou em importante projeto, que beneficiou, especificamente, os municípios energéticos brasileiros, produtores de energia elétrica, como a minha cidade, Paulo Afonso, que passou a receber royalties pela produção de energia, assim como aqueles municípios que foram inundados pelas barragens.

Portanto, o projeto é legal, constitucional e o meu relato vai no sentido da aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. A votação é secreta.

Como recomenda a sua Bancada, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, devido à importância de Fernando Sant'Anna, que acho nesse caso, pontual, a Comenda será valorizada à pessoa, em memória, que está recebendo, eu recomendo à minha Bancada SIM, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

Deputado Zé Neto, deputado Paulo Rangel falará pela Bancada. Recomenda SIM?

O Sr. Paulo Rangel:- Recomendo SIM, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A votação é secreta. Zere o painel. Srs. Deputados que queiram conceder essa Comenda Dois de Julho, inclusive o deputado Joseildo já está alcançando a sua cota desse ano.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, só para colocar que eu quero declarar meu voto SIM, o Dr. Fernando Sant'Anna merece a Comenda Dois de Julho.

Mas, Sr. Presidente, é só para dizer que o Líder encaminhou, sim, vou acompanhar o encaminhamento dele. Acho que o ex-deputado Fernando Santana merece muito a Comenda Dois de Julho. Mas quero dizer a V.Ex^a que a cota do deputado Joseildo Ramos não se esgotou porque agora a gente tem medalhas ilimitadas.

Então, pode ficar à vontade, porque poderemos aprovar as Comendas Dois de Julho.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo, reconheço que V.Ex^a tem razão, baseado no Regimento. Mas, desde o descobrimento do Brasil, aqui é ilimitado. V.Ex^a analisou o Regimento, cobrou no Regimento, e nós atendemos V.Ex^a. Agora vamos decidir no voto. Depois que se vota, acho que a gente tem que fazer a defesa do vitorioso. Eu, por exemplo, sou altamente contrário a emenda positiva. Sempre fui! Antes de votar eu disse que era contra, por princípio. Acho que não é posição da Assembleia fazer emenda. Sempre achei! Desde quando era deputado de oposição. Agora, como o Plenário aprovou, eu tenho obrigação, como Presidente e como deputado, de defender o que foi aprovado na Casa. Então, a partir da aprovação, passei a defender – mesmo não mudando meu pensamento – o que foi decidido pela Casa. Se já foi decidido não vamos querer descredenciar, porque na realidade é o seguinte: a democracia é a coisa mais fantástica que existe.

Isso foi decidido no voto.

O Sr. Adolfo Viana:- Reconheço a vontade da maioria e aceito, obviamente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Isso! Faço um apelo aos deputados...

O advogado Fernando Santana me confidenciou, quando estava recebendo a medalha, que foi um dos momentos mais felizes da vida dele. Sempre acho que é um gesto da Casa para as pessoas que fizeram a história da Bahia. Se é pouco ou muito, não vou entrar no mérito. Mas vamos defender, agora, o que foi aprovado nesta Casa. Faço um a apelo a V.Ex^{as}.

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo faz a chamada dos Srs. Deputados para votação.)

Vou encerrar a votação. (Pausa.)

Dr. Fernando Santana merece que esta Casa aguarde pacientemente este voto. Sem entrar no direito do deputado votar, o Dr. Fernando Santana foi um dos homens mais respeitados no mundo político do nosso Estado. Era um homem sério, digno e que merece esta medalha. Mas cada deputado vota fruto da sua consciência.

O Sr. Zó:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Zó:- Eu só queria registrar o voto do Partido Comunista do Brasil: meu, de Bobô, de Fabrício, porque, quando comecei a fazer política no Partido Comunista do Brasil, como militante, o deputado Fernando Santana andava na nossa região,

candidato a deputado federal pelo PCB e pudemos conhecê-lo pessoalmente. Quero parabenizar o deputado Joseildo pelo reconhecimento, mesmo que tardio.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, querido.

Vou encerrar a votação. Encerrada. (Pausa.)

Aprovada. Sim 37. Não 03 e abstenção 01. **(Publicado no DL em 16/09/2015)**

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Joseildo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, só queria aproveitar neste momento, brevemente, a compreensão de todos. Mas, apenas para lembrar que houve um mal-entendido. E quero resgatar isso por dever de consciência. Amanhã nós teremos – e aproveito para convidar novamente todos que puderem – a sessão especial dos 100 anos. A sessão especial é para homenageá-lo. Não estava atrelada e nem prevista a Comenda para amanhã.

Então quero deixar claro para não ficar na cabeça dos meus colegas que teríamos ajustado com a família e todos já pensando que seria aprovada. Seria um desrespeito a todos os colegas. Amanhã será uma sessão especial, agora com a Comenda Dois de Julho. Agradeço a compreensão e o apoio de todos e de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Agradeço muito ao deputado Sandro Régis, Líder da Oposição, e ao deputado Zé Neto que me permitiram.

A deputada Fabíola vem me pedindo em relação à homenagem a Jorge Hage...

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um momentinho.

(...) Só posso, se os Líderes concordarem. O deputado Sandro Régis ... Só um momento, deputados. Eu quero que cada deputado que tem comenda, que queria mandar, votaremos na próxima quarta-feira. Uma de cada deputado, conforme já há resolução.

Vou discutir na Mesa aqueles que forem apresentados anteriormente, porque só poderei por acordo de liderança. Não estou dizendo que é acordo de liderança, deputado. V.Ex^a está muito radical, deputado Sandro Régis. O plenário é que vai decidir. No plenário só por acordo...

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, ouça-me querido. Só ouça. O deputado Ângelo Coronel me pediu e eu disse que só posso por acordo. Ele apresentou três comendas: Jaques Wagner, Rui Costa e ACM Neto. Então só por acordo. Regimento, aqui, só é quebrado por acordo; Constituição nem por acordo. Essa resposta é para o deputado Ângelo Coronel que me fez essa ponderação. Se concordarem, votarei.

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, Primeiro, quero dizer que a questão da comenda está decidida e respeito a decisão da maioria. Mas quero fazer uma ponderação aqui que acho pertinente e gostaria da atenção dos colegas. Quando V.Ex^a

solicitou que fosse colocada em votação, de maneira rápida, a questão das Comendas Dois de Julho, foi justamente com a justificativa dada, pelo deputado Joseildo, de que a família do Dr. Fernando Santana estaria convidada para amanhã e que precisava ser aprovado com urgência.

Então a metodologia foi feita justamente para não desfazer uma festa que já estava feita. Queria dizer a V.Ex^a o seguinte: esse tipo de coisa não pode ocorrer aqui no Parlamento. Isso é uma coisa que faz com que não vendamos uma imagem positiva. Acho que temos que ter um discurso coerente. Nós utilizamos o evento de amanhã como pretexto para fazer essa votação hoje. Fizemos a votação e não discutirei mais essa votação, com a ausência de vários parlamentares. Mas a justificativa que foi feita para a votação não é correta e não foi verdadeira.

Esse é o posicionamento que quero deixar aqui. Não acho legal a forma que foi colocada para votar com a justificativa que foi feita. Porque a justificativa que foi feita não condiz com a realidade de amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo, tenho um apreço muito grande pelo mandato de V.Ex^a, um respeito enorme. No seu primeiro ano do mandato, V.Ex^a pode não lembrar, até chamei V.Ex^a e sugeri que lesse o Regimento, que discursasse da tribuna, porque os deputados que vão de encontro, participam e defendem os reais interesses do povo, devem agir com base no Regimento e nos projetos.

Agora, V.Ex^a há de convir que a Mesa Diretora não utilizou pretexto para votar. V.Ex^a questionou na semana passada, não houve nenhum pretexto. Na semana anterior não teve reunião da Mesa, porque fui a Brasília, pedi desculpas aos pares, ontem a Mesa Diretora aprovou à unanimidade, com representantes da Oposição, e é praxe trazer imediatamente qualquer projeto de resolução no dia seguinte para o plenário. Tanto é que estou trazendo outro projeto de resolução, se as lideranças permitirem, porque também foi aprovado à unanimidade, para regulamentar a questão de ordem de 30 minutos.

Foi também aprovado, ontem, na Mesa Diretora por unanimidade um projeto que, inclusive, eu disse aqui que iria regulamentar, Projeto de Resolução nº 2.380/2015, procedente da Mesa Diretora: (Lê):- *“Fica acrescido à Resolução 1.193, de 17 de janeiro de 1985, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o art. 227-A, com a seguinte redação: 'Art.227-A- A questão de ordem destinada a verificação de quórum para continuidade de sessão somente poderá ser realizada respeitando-se o intervalo mínimo de 30(trinta) minutos da última solicitação, contados do reinício da sessão, salvo se por acordo de Lideranças.'”*

Eu gostaria de colocar em votação para, a partir de agora, ser lei. Foi acertado aqui e eu disse que iria regulamentar. Não estou mudando o Regimento. Eu tenho um acordo público com a Oposição e com a base do governo que para fazer mudança do Regimento só por acordo. Como foi aprovado na Mesa por unanimidade, eu gostaria de colocar em votação esse projeto para, a partir de agora, ficar regulamentado.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa) Aprovado o projeto de resolução.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Com a minha abstenção.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes, tem que ter a Comissão de Constituição e Justiça. Designo o deputado Joseildo Ramos para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, estou aqui a relatar o projeto de resolução nº 2.380/2015 que acrescenta o artigo 227-A à Resolução 1.193, de 17 de janeiro de 1985.

É legal. É constitucional. Opino por sua aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça o parecer do deputado Joseildo Ramos. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

No Plenário. Em votação o Projeto de Resolução 2.380/2015. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. **(Publicado no DL em 01/10/2015)**

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Questão de ordem para V.Ex^a.

O Sr. Luciano Ribeiro:- A questão de ordem é para pedir vista do parecer do relator Vítor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou conceder vista a V.Ex^a.

Tendo em vista que é um projeto, há três projetos importantíssimos para a Bahia, e o deputado Luciano Ribeiro está no seu direito, concedo vista por até 48 horas.

Convoco uma sessão extraordinária a realizar-se na segunda-feira, às 9h45min, para votar as matérias que estão na ordem do dia.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php> Acesse e leia-as na íntegra.